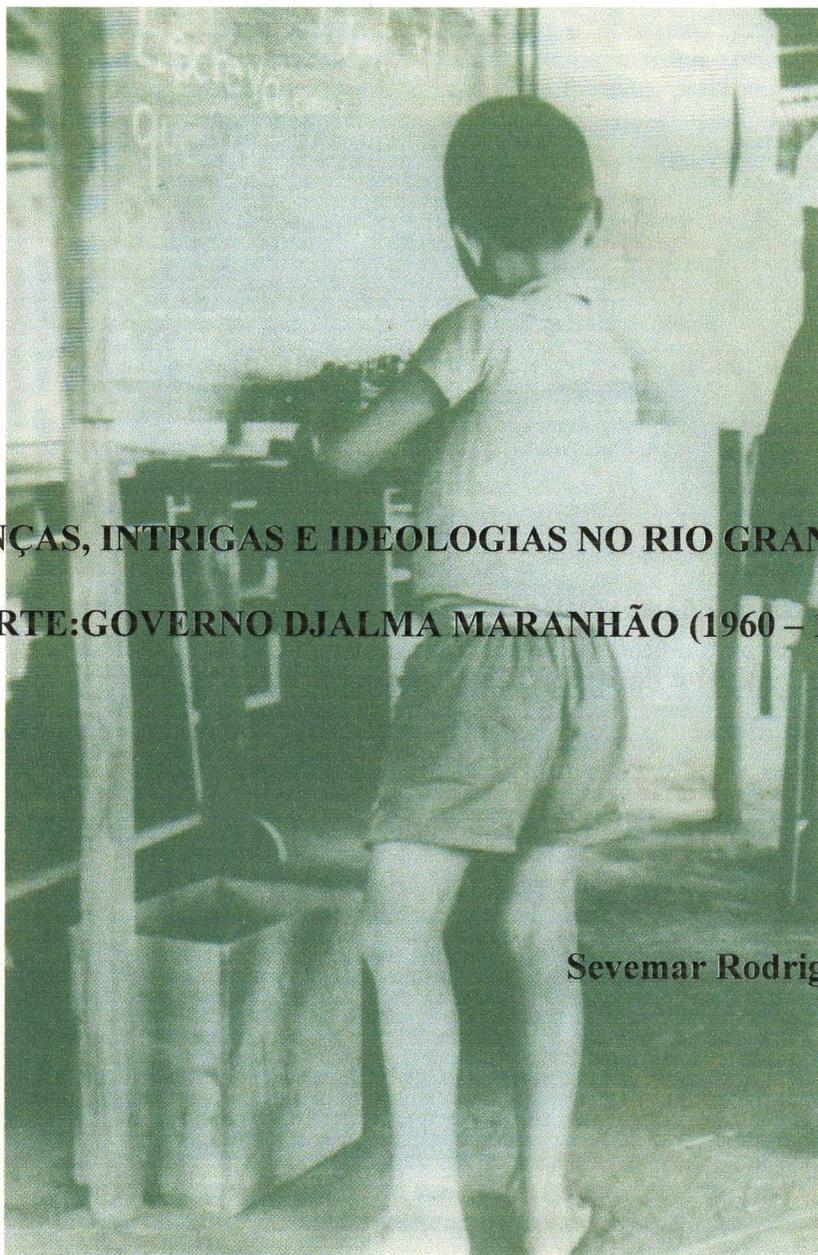


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**ALIANÇAS, INTRIGAS E IDEOLOGIAS NO RIO GRANDE DO  
NORTE: GOVERNO DJALMA MARANHÃO (1960 – 1964)**

**Sevemar Rodrigues Barbosa**

**NATAL/RN**

**2005**



**SEVEMAR RODRIGUES BARBOSA**



**ALIANÇAS, INTRIGAS E IDEOLOGIAS NO RIO GRANDE DO NORTE:  
GOVERNO DJALMA MARANHÃO (1960 – 1964)**

Monografia apresentada a Disciplina Pesquisa  
Histórica II, do Curso de História, da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte sob a orientação da  
Professora Dr. Maria da Conceição Fraga.

NATAL/RN

2005

CCHLA - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos  
e de Documentos - NEHAD

Nº Chamada: \_\_\_\_\_ Nº Reg. \_\_\_\_\_

Cutter: \_\_\_\_\_ Patrimônio \_\_\_\_\_

Natal, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**



**Sevemar Rodrigues Barbosa**

**ALIANÇAS, INTRIGAS E IDEOLOGIAS NO RIO GRANDE DO NORTE:**

**GOVERNO DJALMA MARANHÃO (1960 – 1964)**

em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

---

Professora Dr. Maria da Conceição Fraga

---

Professora (TITULACAO): (NOME COMPLETO) (CONVIDADO A)

---

Professora (TITULACAO): (NOME COMPLETO) (CONVIDADO A)

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais pela educação que me puderam proporcionar e principalmente minha mãe, por ter sido exemplo de amor à profissão de educador.

Aos familiares e amigos, que tanto me apoiaram nessa caminhada incentivando-me nos momentos em que pensei desistir e aos meus alunos, que cada vez mais me dão a certeza de ter escolhido o caminho certo.

## AGRADECIMENTOS

Nessa parte tão pessoal desse trabalho, dedicada aos agradecimentos, me contenho. Pois se na verdade fosse aqui agradecer a todos os que me ajudaram, acabaria por escrever páginas e páginas de um livro enfadonho. Então, venho a me repetir.

Inicialmente aos meus pais, mais uma vez, pela educação e pelos ensinamentos de caráter e por terem me mostrado o quanto o conhecimento é importante na construção de nossas vidas. Minha mãe em especial, sempre me mostrando, mesmo sem que percebesse, o quanto esse mundo da educação é desafiador; às vezes desestimulante, mas no fim, compensador.

Aos familiares e amigos, fica o agradecimento pela paciência, pelo incentivo e por todas as lágrimas derramadas junto comigo, a cada derrota ou conquista nesse período.

À professora Maria da Conceição Fraga que aceitou orientar-me e confiou na minha capacidade, mesmo diante da falta do tempo que eu dispunha devido a outras atividades. Às professoras Francisca Aurinete Girão Barreto que com sua doçura e simpatia sempre se mostrou disposta a ajudar-me e Maria Ferdinanda S. Soriano da Cruz, pela compreensão, nesse último e tão conturbado semestre.

Aos amigos da faculdade que tantas vezes aliviaram o peso em minhas costas, ajudando-me durante a elaboração de fichamentos, seminários, trabalhos, entre tantas outras obrigações.

E por último, o que não quer dizer, menos importante, a Deus, pela vida, pelas oportunidades e pelas pessoas que colocou em meu caminho.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1. CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO</b>	<b>10</b>
1.1 A década de 1950: os caminhos para as eleições de 1960	10
1.2 Alianças e intrigas na política do Rio Grande do Norte	14
1.3 Campanha política: a “Cruzada da Esperança”	19
1.4 O fim da aliança Alves-Maranhão	24
<b>2. A ADMINISTRAÇÃO DJALMA MARANHÃO</b>	<b>27</b>
2.1 A posse e o intercâmbio com as forças políticas de Pernambuco	27
2.2 Educação e profissionalização: todos “De pé no chão...”	28
2.3 Ações culturais: porque o povo não podia ser apenas expectador	37
2.4 Um “fazer política diferente”	46
<b>3. O GOLPE DE 64 E O FIM DO PROJETO POLÍTICO</b>	<b>50</b>
3.1 O Golpe de 1964 em contexto nacional	50
3.2 Abril de 64 no Rio Grande do Norte	55
3.3 As ações militares	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>74</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

Com o fim de sua primeira administração à frente da prefeitura de Natal (1955 a 1960), que se deu por causa de uma aproximação da União Democrática Nacional (UDN), de Dinarte Mariz e do Partido Social Progressista (PSP), Djalma Maranhão foi eleito pelo voto direto em 1960, com uma expressiva vitória. A aliança entre Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Democrata (PSD) e uma dissidência da UDN, levou ao comando da capital e do estado, seus representantes, Aluízio Alves para o governo e Djalma Maranhão para a prefeitura.

No conturbado período político pelo qual passava o Brasil e o mundo, via-se a *Guerra Fria*, a *Revolução Cubana*, o socialismo soviético e a renúncia do então presidente da república, Jânio Quadros, em 1961, entre outros acontecimentos, como extremamente importantes para os rumos da política e economia do espaço anteriormente citado. A partir da renúncia de Jânio e da posse de João Goulart, o país enfrentou uma forte crise econômica e política. “Quanto à crise econômica, manifestou-se da seguinte forma: reduziu-se o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação”<sup>1</sup>.

No Rio Grande do Norte, a *Aliança para o progresso*, firmava um acordo entre o governador Aluízio Alves e os Estados Unidos, que segundo José Willington Germano, “conseguiu vultosos recursos para seu programa de governo”. Por isso Djalma Maranhão, que tinha um discurso de oposição ao imperialismo norte-americano, vai romper sua aliança política com o governador.

Foi criada em Natal, a campanha *De pé no chão também se aprende a ler*, com o objetivo de modificar o quadro educacional da cidade. Alfabetizar adultos e crianças era a

---

<sup>1</sup> IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico do Brasil (1930 – 1970)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 192.

proposta inicial. No entanto, o projeto foi abrangendo outras possibilidades, até a organização do *De pé no chão também se aprende uma profissão* e a interiorização da campanha. Junto a isso, a prefeitura se orgulhava na época em dizer que a escola era brasileira e feita com o dinheiro brasileiro, onde se buscaram alternativas como a utilização de palhas de coqueiros, madeirame, piso de barro batido e mão-de-obra da própria comunidade. Erguer uma escola e sustentar o aluno freqüentando o estabelecimento de ensino da prefeitura acabou se tornando acessível aos cofres municipais. Esse fator permitiu que comunidades suburbanas tivessem a condição de freqüentar escolas, que antes, estavam localizadas apenas nas áreas mais centrais da cidade, o que dificultava e muito, a matrícula e a freqüência dos alunos.

Paralelo ao *De pé no chão...*, organizavam-se projetos, que buscavam dar suporte a campanha principal. Além da alfabetização buscava-se preservar manifestações folclóricas de forma a despertar interesses relacionados a assuntos culturais. Insere-se nesse contexto, o desenvolvimento das “Praças de Cultura”, que contava com exposições permanentes em sua galeria de arte; apresentações teatrais e musicais na concha acústica da praça principal da cidade; biblioteca móvel; debates variados, sobre cinema e folclore; exibição de grupos folclóricos; investimento nas comemorações das festas populares, como os autos natalino e junino; ou simplesmente a televisão, “a fim de que o público não perdesse o hábito de ir todas as noites, a praça da cultura”, segundo o então secretário de educação da época e escritor de livros sobre o período, Moacir de Góes.

Imaginemos uma criança que ganha um jogo de quebra-cabeça aos cinco anos de idade. Abrindo a caixa, se depara com um número finito de peças, coloridas e com suas mais variadas formas. Resolve então essa criança separar algumas peças, levando em consideração às cores e os possíveis encaixes. Começa então a formar o quebra-cabeça a partir de um desenho que considera ser a figura maior do jogo e, aos poucos, vai encaixando as peças menores, até chegar a seu objetivo final. Assim como essa criança, evidentemente guardada as

suas devidas proporções, o historiador se propõe a montar um “quebra-cabeça”. Primeiro ele precisa de um projeto de pesquisa, o qual pode na prática não funcionar tal qual havia pensado inicialmente o profissional da ciência histórica. A partir daí, o historiador compõe estratégias, selecionando, separando, anotando, marcando, entre tantos ofícios, para tentar chegar até o resultado final. Assim como a criança parte de algo maior, o historiador parte dos conhecimentos gerais, que é acessível à maioria das pessoas e que aos poucos, vai se juntando “as peças” menores, ou pelo menos, vistas como menores, mas que são de suma importância porque sem elas não se conheceria a história com suas peculiaridades, o que faz dessa ciência, algo extremamente interessante. No entanto é importante ressaltar uma grande diferença dentro dessa metáfora entre um quebra-cabeça e a pesquisa histórica. O jogo possui um número, como já foi dito, finito de peças, significando possibilidades finitas. Já a história, a ciência histórica se apresenta para o seu profissional com as mais variadas possibilidades de estudos e descobertas. O conhecimento histórico é infinito e a produção historiográfica jamais irá se esgotar, decorrente das diversas possibilidades. “A história como as outras formas de conhecimento da realidade, está sempre se constituindo: o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado”<sup>2</sup>.

Partindo desse princípio, depois de muito relutar em dar início à pesquisa que servirá como trabalho monográfico para a finalização do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, resolvi abordar o tema “Djalma Maranhão”. Assim como em tudo na vida, acredito que é preciso ter pelo menos um pouco de paixão por aquilo em que se está pesquisando, para que o trabalho não se torne enfadonho e assim, tenha um resultado eficiente e prazeroso. Na verdade o motivo que quase me fez desistir de mergulhar no universo da segunda administração Djalma Maranhão à frente da Prefeitura de Natal é o grande número

---

<sup>2</sup> BORGES, Vavi Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 8.

de obras sérias e competentes acerca do assunto. Mas como acabei de dizer, é um “universo” e assim, como já citei Vavi Pacheco Borges, “nunca acabado”.

Talvez possa parecer, mas esse estudo não é sobre a Campanha *De Pé no Chão*, embora seja praticamente impossível não associá-la ao nome de Djalma Maranhão. Na verdade, a proposta é fazer uma análise da segunda administração Djalma Maranhão (1960 – 1961), abordando os seguintes aspectos: a aliança política com Aluizio Alves durante a campanha eleitoral de 1960; as práticas e ideologias presentes em sua administração; as divergências pessoais e principalmente políticas e o desfecho de seu governo com o Golpe Militar de 1964.

Em um contexto historiográfico, este trabalho pode ser inserido dentro da História Política. Mas não como escreviam os positivistas, baseados em grandes acontecimentos e nos grandes personagens que a ele estava atrelados. Aqui, essa História Política está em interface com a História Social, abordando os grupos e classes sociais e suas relações conflituosas, a partir da hierarquização social, das ideologias e dos movimentos sociais.

As fontes utilizadas na produção desse trabalho foram: livros ligados à área política, educacional, social e econômica, que se reportam a História do Brasil e do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1950 e 1965, com destaque para as obras de José Willington Germano, Moacyr de Góes, Mailde Pinto Galvão, etc., e documentos como telegrama, manifestos, panfleto, jornais, fotografias e áudio-visual, disponíveis em arquivos da *Fundação Getúlio Vargas*, jornais como o *Diário de Natal*, a *Tribuna do Norte*, por meio de páginas da Internet como é caso do *Projeto Memória Virtual Djalma Maranhão* e alguns arquivos de cunho pessoal, principalmente fotografias, recortes de jornais da época e porque não dizer, lembranças pessoais de quem viveu em Natal, no período ao qual nos propusemos a estudar.

O primeiro capítulo apresenta uma contextualização histórica do Brasil na década de 1950, apontando as mudanças desse período como fundamentais para o processo eleitoral que

se desenvolveu no ano de 1960. Também é analisado todo o esquema de alianças que existiu no Rio Grande do Norte, como forma de união entre grupos políticos tidos como mais inovadores, contra a força oligárquica e assim, faz um panorama da relação entre Aluizio Alves e Djalma Maranhão inseridos nesse contexto, destacando os motivos que levaram a união e separação.

Em um segundo momento, este trabalho é dedicado a analisar a administração Djalma Maranhão à frente da Prefeitura de Natal e sua forma de fazer política, principalmente no que diz respeito às ações voltadas para a educação e cultura, tentando a partir daí, identificar as ideologias e valores presentes na forma de conduzir os projetos municipais.

O terceiro e último capítulo se dedica a analisar o impacto sentido na vida pública do Rio Grande do Norte, a partir do Golpe Militar de 1964, identificando as ações militares; aquilo que eles achavam, precisava ser destruído; quem se aliou e quem se opôs ao governo ditatorial e quais as conseqüências desse governo para as ações culturais e educacionais da cidade.

## 1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO



### 1.1 A década de 1950: os caminhos para as eleições de 1960.

Embora a intenção desse capítulo seja apresentar um estudo das eleições para governador no Rio Grande do Norte e para prefeito em Natal, não podemos analisar esse fenômeno isoladamente do contexto nacional, pois o resultado dele foi em grande parte, consequência dos acontecimentos que se desenrolaram na década de 1950.

Fazendo uma análise hoje do que foi o ano de 1960, podemos dizer que se tratou muito mais do que o simples fim de uma década, que para a história do Brasil, foi marcada por acontecimentos, que transitaram do trágico ao cômico. Ao reassumir o poder em 31 de janeiro de 1951, após uma expressiva eleição direta<sup>3</sup>, Getúlio Vargas colocou em prática as suas políticas populista e nacionalista cujas medidas eram destinadas a favorecer trabalhadores e empresas nacionais. O governo de Vargas que se iniciou, ainda passaria pelos mais diversos problemas, desde o conflito gerado com multinacionais do ramo de combustíveis – Shell, Texaco e Esso –, devido à criação da Petrobrás e da Campanha pela exploração e refino do petróleo no Brasil, pois acreditava ele, deveria ser uma exclusividade da empresa brasileira<sup>4</sup>, passando pelo descontentamento dos grandes empresários devido ao aumento do salário mínimo em 100%<sup>5</sup>; até e principalmente, os sucessivos ataques da

<sup>3</sup> “Os resultados eleitorais asseguraram 48, 7% do total de votos a Getúlio Vargas, seguido por Eduardo Gomes (29,7%), Cristiano Machado (21,5%) e João Mangabeira (0,1%)”. D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas 1951 – 1954*. São Paulo: Ática, 1992, p. 78.

<sup>4</sup> “Não nos opomos, como se costuma insinuar, à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venha. Somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital monopolista. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue à interesses estranhos; deve ser explorado por brasileiros com organização predominantemente brasileiras, e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado, evitando-se desse modo à penetração sub-reptícia de monopólios ameaçadores”. DORNELLES, G. *1951. A campanha presidencial [discursos]*. Rio de Janeiro: José Olympio.

<sup>5</sup> “Sem poder controlar o aparelho militar, a iniciativa do Governo, reabilitando, a 1º de maio de 1954, a proposta de Goulart e anunciando o aumento de 100% para o salário mínimo, pode ser entendida como manobra de desespero visando ganhar o apoio das massas.” D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. cit., p. 179.

oposição e de forma mais pública, na pessoa do jornalista Carlos Lacerda, o qual, em seu jornal *A Tribuna da Imprensa*<sup>6</sup>, atuou de forma agressiva, tentando denegrir a imagem do então presidente da República e dos seus auxiliares, acusando-os de corrupção. A crise do governo, ainda se agravaria com o atentado da rua Toneleiros contra Carlos Lacerda, mas que acabou no assassinato do major da Aeronáutica, Rubem Vaz e cujas investigações, apontaram o envolvimento de membros da guarda presidencial, em especial de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente. A partir daí, as pressões aumentaram e o conselho dado pelos militares, a renúncia, não foi aceito por Getúlio Vargas, que praticou o suicídio em agosto de 1954. A morte de Getúlio Vargas, no entanto, não encerrou um período de crise, pois mesmo com as eleições de 1955, que deram a vitória a Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente presidente e vice, o sucessor de Getúlio, o vice-presidente Café Filho, defendia que os eleitos não poderiam tomar posse, pois não tinham alcançado maioria de votos. Evidentemente não se pode atribuir exclusivamente a Café Filho a intransigência quanto a posse de Juscelino Kubitschek, pois esse processo faz parte de uma conjuntura muito mais complexa.

Esse argumento dos golpistas da UDN contra a posse de JK entrava ‘de contrabando’ numa justificação um pouco mais ‘sólida’: o novo presidente obtivera um pouco mais de um terço dos votos nacionais, e a Constituição, diziam, exigia que o chefe da Nação tivesse a maioria absoluta.<sup>7</sup>

Porém, sérios problemas de saúde afastaram Café Filho e o poder passou para o presidente da Câmara, Carlos Luz, outro opositor a posse de JK. Contudo, a tentativa de impedimento chegou ao fim com a intervenção do ministro de guerra da época, o general Henrique Teixeira Lott, que entregou o cargo a Nereu Ramos, presidente do Senado, garantindo assim, a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, em 31 de janeiro de 1956.

---

<sup>6</sup> Jornal impresso que pertencia ao udenista Carlos Lacerda.

<sup>7</sup> MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 32.

“Cinquenta anos em cinco”. Com esse slogan o presidente Juscelino Kubitschek deu início ao que ele chamou de “Plano de Metas”, uma política desenvolvimentista e populista, que procurava dar ao Brasil, ares de um país desenvolvido. Para isso, investiu pesado na implantação de indústrias, principalmente automobilística e na construção de hidrelétricas e estradas. No entanto, o governo diminuiu consideravelmente o investimento em outros setores, como por exemplo a educação, ficando esta área extremamente comprometida e agravando-se problemas como o analfabetismo. Para atingir seus objetivos, JK precisou recorrer ao capital e a tecnologia estrangeira.

[...] O Estado faz os poderosos investimentos de infra-estrutura, mas o novo departamento é de propriedade dos grandes grupos privados estrangeiros: Mercedes-Benz, Volkswagen, General Motors, etc., e mesmo a Ford, que no início do governo se opusera à idéia. Os investimentos privilegiados desses grupos permitiram que a meta de 100 mil veículos para 1960 fosse amplamente superada, atingindo-se a produção de 321.150 veículos motorizados, com 90% de suas peças e acessórios fabricados no Brasil. Essa indústria automobilística representou quase um símbolo característico da integração brasileira ao capitalismo monopolista internacional, ao mesmo tempo que se apresentava como uma vitória da Nação na luta pela independência econômica.<sup>8</sup>

Porém, o símbolo maior desse período, foi à construção de Brasília, uma nova capital para o país, que sob os cuidados dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa representava o progresso pretendido e proposto, desde o início, pela política de Juscelino<sup>9</sup>. Mas construir uma nova capital para o Brasil, não trouxe apenas glórias ao nome de JK. Primeiro porque o local escolhido não se apresentava como ideal, uma vez que nem estradas existiam no início da empreitada e utilizaram aviões para levar os primeiros materiais. Fora isso, aconteceu um descontrolado deslocamento de pessoas, principalmente homens, a procura de trabalhos nos canteiros de obra de Brasília, fazendo com que ao final e talvez nem seja correto usar essa

---

<sup>8</sup> MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 64-65.

<sup>9</sup> Oscar Niemeyer e Lúcio Costa eram arquitetos de renome internacional e que a partir da construção de Brasília, acabaram se tornando referência da moderna arquitetura em todo o mundo.

palavra, pois a inauguração ocorreu com muitas etapas inacabadas, boa parte desses trabalhadores enfrentaram dificuldades até para retornar as suas cidades de origem.

Se para alguns, Juscelino Kubitscheck representou um estilo diferente de fazer política, ousado e moderno e como tantos dizem, foi o maior presidente da história da república brasileira, para outros, sua política de desenvolvimento e principalmente a construção de Brasília, significou uma derrocada da economia nacional, por causa do alto capital estrangeiro que fora emprestado ao Brasil, deixando como principal consequência, um aumento considerável da inflação e da dívida externa.<sup>10</sup>

Talvez tenha sido por causa desse momento confuso na política e na economia brasileira e somado a isso, um forte carisma e uma estratégia de campanha com apelos emocional e popular, que Jânio Quadros, conseguiu com o apoio dos udenistas<sup>11</sup>, quebrar um processo de sucessão dos getulistas, que se mantinha desde a eleição direta de Eurico Gaspar Dutra. É claro que a força política e o perfil de Jânio o levaram ao status de grande líder popular nacional, prometendo principalmente, acabar com a corrupção no país. “Varre, varre, vassourinha/varre, varre a bandalheira/que o povo já está cansado/de sofrer dessa maneira/Jânio Quadros é a esperança deste povo abandonado”, dizia a música da campanha presidencial de 1960. No entanto, a expressiva vitória no âmbito nacional não se conservou na capital do Rio Grande do Norte, onde o opositor, o general Henrique Teixeira Lott, sagrou-se vitorioso nas urnas<sup>12</sup>. Seria uma demonstração do poder político de Djalma Maranhão na capital? A partir do estudo sobre a campanha eleitoral de 1960, especificamente no Rio Grande do Norte, talvez seja possível responder a essa questão.

---

<sup>10</sup> No início do governo de Juscelino Kubitscheck, a dívida externa do Brasil era de US\$ 2,3 bilhões e ao término de quatro anos, subiu US\$ 1,5 bilhões, ficando em US\$ 3,8 bilhões.

<sup>11</sup> Pessoas filiadas a UDN, partido que tinha posições bastante ligadas aos grupos de direita.

<sup>12</sup> Lott: 23. 372 e Jânio: 9.924. *Diário de Natal* de 8 de outubro de 1960.

## 1.2 Alianças e intrigas na política do Rio Grande do Norte

As publicações que falam sobre a campanha eleitoral de 1960, apontam a *Cruzada da Esperança*, como uma coligação que tinham um discurso renovador e bastante próximo dos ideais das alas esquerdistas. É sabido também, que embora o candidato Aluizio Alves se colocasse como o “novo”, na verdade a novidade ficava apenas no campo de seu discurso político, pois ele era sim, um herdeiro da força política oligárquica do interior do estado<sup>13</sup>. Já sobre Djalma Maranhão, o que se viu até agora foi uma grande quantidade de obras apontando-o como representante de uma força política oriunda da capital e ligada aos grupos de esquerda. De acordo com o que apresenta José Willington Germano em sua obra, *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*, “[...] fruto das lutas urbanas”.

Em um discurso intitulado *Carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte*, publicado em 24 de abril de 1946, no jornal *A República*, Djalma Maranhão fala sobre sua atuação dentro do Partido Comunista e evidência sua participação na Intentona Comunista de 1935 e sua prisão após o fracasso do movimento, quando na época era cabo do Exército.

Faz 16 anos que me filiei ao Partido Comunista do Brasil. Politicamente nasci e formei a minha mentalidade dentro do movimento obreiro nacional. Lutei e sofri. Participei da grande luta do povo e do proletariado. Conspirei pelo Brasil afora. Fui uma das vítimas da reação. Andei pelos presídios políticos e pelos campos de concentração, martirizado pelos esbirros de Felinto Muller e de Getúlio Vargas. Nada me entibiava. Cada vez alicerçava mais as minhas convicções e colocava mais alto o meu ideal. Hoje, como a 16 anos atrás, continuo o mesmo.

<sup>13</sup> “Aluizio Alves fora ligado a Dinarte Mariz desde os idos de 1930, quando aquele, jovem estudante, era o principal escrevente dos artigos políticos ditados por Eloy de Souza, na incansável maratona de pregação que este antigo parlamentar norte-riograndense e a mais acabada personificação de remanescente da Velha República manteve na imprensa natalense, combatendo ao lado de outros, ‘carcomidas’, com veemente obstinação, a nova mentalidade inspirada no ‘tenentismo’ sob a liderança no Estado de Café Filho e que se opunha a todo o regresso ao passado, o retorno dos elementos decaídos em admiração a Eloy de Souza, nessa sua antiprogredista jornada de imprensa, se revelou um conservador temporão tanto que dessa sua primeira escola política passou às fileiras da reacionária UDN. Mas sagaz, inteligente e ambicioso, adaptou-se logo aos novos tempos...”. FURTADO, J. M. *Vertentes*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1976, p. 317-318.

Nesta ocasião, havia acabado de ser expulso do partido por ter acusado os líderes de desonestidade. A historiografia mostra essa expulsão como irregular, pois teria ocorrido na ausência dos partidários expulsos, incluindo-se Djalma Maranhão. “[...] foi expulso de forma arbitrária, pela própria direção do partido”<sup>14</sup>. Sobre a mesma ocasião, Luiz Gonzaga de Souza, dirigiu um documento ao partido em 22 de abril de 1946, onde relembra que o estatuto do partido tinha em um de seus artigos, que deveria estar presente o partidário ao qual tivesse sua conduta julgada. Esse documento fora publicado posteriormente pelo jornal *Diário de Natal* em 8 de junho de 1964.

Na obra *2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio*, Moacyr de Góes relata algumas lembranças pessoais. Entre elas, as palavras de Djalma Maranhão em uma conversa que teria se dado no ano de 1952: “[...] – Venha para o cafeísmo. No meio estudantil só dá PSD ou UDN, por influência dos pais. Tudo pequeno burguês. O cafeísmo tem uma tradição de lutas populares. Nós precisamos de estudantes”<sup>15</sup>. Logo que foi expulso do Partido Comunista, Djalma Maranhão passou a fazer parte do *cafeísmo*<sup>16</sup> e em outro estudo seu, Moacyr de Góes, aponta que esse seria o direcionamento natural de Maranhão depois de sua expulsão da legenda comunista, pois os cafeístas representavam a força progressista do Rio Grande do Norte, que lutariam contra o Estado Novo e o Fascismo. Desvencilhando-se um pouco do objeto de estudo, é interessante observar que nem sempre Café Filho esteve na oposição a Vargas.

No dia 30 do mês de julho de 1928, chegava a Natal uma comitiva da Aliança Liberal, que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, disputando com Júlio Prestes, candidato do então presidente Washington Luís. Na passagem pela cidade a comitiva recebeu todo o apoio do líder Café Filho que, inclusive, penhorou um terreno de herança do seu pai, para custear as despesas da comitiva. A caravana percorreu a cidade realizando discursos oposicionistas inflamados, criticando o então

<sup>14</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 68.

<sup>15</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p.66.

<sup>16</sup> Ideologia política daqueles que seguiam os pensamentos de Café Filho, político norte-riograndense.

governador Juvenal Lamartine que apoiava o candidato da situação. Foi o suficiente para que Café Filho passasse a ser perseguido, inclusive com ameaças de morte, o que o levou a sair de Natal às escondidas.<sup>17</sup>

Vale salientar, no entanto, que o discurso político de Getúlio Vargas em 1928, muito se diferenciou de suas práticas autoritárias durante seu governo que durou de 1930 a 1945.

A filiação de Djalma Maranhão ao PSP existiu até 1959. Nesse período, foi eleito deputado estadual e realizou uma aliança importante para sua trajetória política, com Dinarte Mariz, a quem apoiou na campanha para governador do estado em 1955. Sobre essa aliança, é comum encontrar estudos que dizem que ela não poderia durar muito tempo. O motivo? Dinarte era um anticomunista radical e Djalma, um comunista assumido.

Mariz significava uma das mais legítimas lideranças da oligarquia algodoeiro-pecuária, sendo um anticomunista ferrenho, tendo mesmo combatido os revolucionários de 1935. Dessa maneira, esse conjunto de forças não poderia conviver por muito tempo; a oligarquia não poderia tolerar a presença de um elemento “estranho” à frente da Prefeitura.<sup>18</sup>

Essa aliança é mostrada como uma convenção que estava ligada exatamente no âmbito nacional, pelo fato de que Café Filho, naquele momento presidente da República, após o suicídio de Getúlio Vargas, recebia incondicionalmente o apoio da UDN, mesmo partido de Dinarte Mariz. Assim, Djalma Maranhão apoiou a candidatura de Mariz pela ligação que tinha com o cafeísmo. Mesmo assim, a literatura ainda mostra que dentro do cafeísmo, existia duas dissidências “o cafeísmo dos pobres” e o “cafeísmo dos ricos”. O primeiro grupo liderado por Djalma Maranhão e o segundo, sob a liderança de Eider Varela, deputado federal. O por que disso? Segundo Moacyr de Góes, Café Filho na presidência, teria se

---

<sup>17</sup> MORAIS, Marcos César Cavalcanti de. *Retrato Narrado da Cidade do Natal*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998, p. 76.

<sup>18</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1989, p. 69.

afastado das suas posições originais de luta, ligadas ao sindicalismo. “Djalma Maranhão retoma as bandeiras de Café, quando jovem, e lidera o cafeísmo dos pobres”<sup>19</sup>.

A vitória de Dinarte Mariz para o governo do estado levou Djalma Maranhão a prefeitura de Natal pela primeira vez. Até aquele momento, o prefeito em Natal, não era eleito pelo voto direto e sim pela indicação do governador. Mesmo liderando um racha da esquerda na cidade, já que a outra parte apoiou a candidatura de Jocelyn Vilar ao governo, a indicação de Djalma Maranhão não foi muito bem aceita por grupos direitista e religioso, pelo fato de que ele seria um marxista-leninista. A capa do jornal do PSD do dia 1º de fevereiro de 1956 destacava a seguinte manchete: “Infausto acontecimento: um comunista fora nomeado para prefeito de Natal”. O próprio Dinarte Mariz teria afirmado depois, ter sofrido pressão por parte de alguns nomes importantes, como Dom Eugênio Sales e membros da família Varela de Ceará-Mirim, para não dar posse a Djalma Maranhão<sup>20</sup>. Por que motivos então, se as diferenças ideológicas e da herança política entre Dinarte e Djalma eram tão gritantes, a aliança dessas forças aconteceu? Somente pelo fato da UDN apoiar Café Filho a nível nacional? Será que só isso era suficiente para Dinarte Mariz querer o apoio de Djalma Maranhão? E pelo lado de Djalma Maranhão, o motivo do apoio da UDN a Café Filho, já era suficiente para a aliança com Dinarte Mariz? Essas questões talvez possam ser respondidas levando-se algumas idéias em consideração. A primeira, a de que Djalma Maranhão havia se tornado uma força política na capital muito mais pela sua capacidade de comunicação com os grupos mais humildes, do que propriamente pela sua aliança a Café Filho. “A grande escola na vida de Djalma Maranhão foi o jornalismo. [...] Foi nessa escola que Djalma Maranhão aprendeu a usar uma comunicação direta com o povo e vai utilizar esse estilo no exercício de

---

<sup>19</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 22.

<sup>20</sup> Declarações feitas por Dinarte Mariz em entrevista concedida a TV Universitária do Rio Grande do Norte, em 1º de fevereiro de 1981.

Prefeito”<sup>21</sup>. Assim, existiria uma necessidade de Dinarte Mariz chegar até as classes mais populares e o caminho mais curto e fácil, seria via Djalma Maranhão, que gozava de grande empatia junto aos grupos menos abastados. Por outro lado, é importante que se diga, que logo após a morte de Getúlio Vargas, as esquerdas nordestinas perceberam que seria mais fácil chegar ao poder fazendo alianças com os grupos de centro. “No Rio Grande do Norte, este *novo* foi captado por Djalma Maranhão. Com um pequeno partido, identificado como cafeísta, aliou-se à UDN, elegendo Dinarte Mariz governador (1955) e foi nomeado Prefeito de Natal”<sup>22</sup>.

Uma vez prefeito de Natal, indicado pelo governador do estado, o natural seria uma fidelidade política ou talvez mais que isso, uma obediência política e porque não dizer, uma obediência administrativa. Nessa primeira administração à frente da prefeitura de Natal, desenvolveu-se uma administração, segundo a historiografia, voltada para o povo.

No seu primeiro período administrativo à frente da prefeitura de Natal, foram pavimentadas quase 130 ruas, construídos dois mercados públicos na periferia (Quintas e Igapó), instalação de cerca de 120 escolinhas, construção de 97 estradas de barro nos subúrbios, instalação de 32 chafarizes, além de praças, parque, etc.<sup>23</sup>

Moacyr de Góes, na época seu chefe de gabinete ainda afirma sobre essa primeira administração: “A periferia da cidade vai conhecer, então, as bandeiras do cafeísmo dos pobres”.

Assim, até o título de “Prefeito do Subúrbio”, dado de forma irônica pelo PSD, foi aproveitado de forma inteligente por Djalma Maranhão, que passou a aproveitar esse slogan como carro chefe de seus discursos políticos. Tamanha popularidade teria despertado “ciúme”

<sup>21</sup>MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *2 livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 45.

<sup>22</sup>MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. Op. cit, p. 21.

<sup>23</sup>GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 70.

da ala dinartista<sup>24</sup>. Até porque, mesmo tendo sido colocado na prefeitura por Dinarte Mariz, a administração teria sido marcada de um caráter independente, mesmo que ameaçado de ser colocado para fora do poder. “[...] estão lançadas, assim, as sementes da futura dissolução da aliança Mariz-Maranhão”<sup>25</sup>.

Porém, antes da campanha de 1960, Djalma Maranhão ainda foi candidato a deputado federal, cujo cargo, o fez renunciar ao cargo de prefeito para exercer seu mandato de deputado.

### 1.3 Campanha política: a “Cruzada da Esperança”.

Até hoje, muitos apontam a campanha eleitoral de 1960, como histórica para a política do Rio Grande do Norte. Histórica pela utilização de uma forte estratégia publicitária eleitoral e também pela vitória do grupo que representava a força do novo, do popular. Nessa disputa, saiu vitoriosa a aliança entre Djalma Maranhão e Aluizio Alves. Mas, existia realmente tanta coisa em comum entre essas lideranças?

Aluizio Alves, antes da campanha de 1960, fazia parte da ala udenista. Na verdade, dois partidos, a UDN e o PSD, foram formados a partir de um partido comum, o Partido Popular (PP). Dessa forma, as forças da UDN e PSD, não mais seriam do que forças oligárquicas que tinham discursos diferentes, mas o mesmo propósito.

Tratava-se, portanto, de um confronto entre frações da oligarquia agrária e, por conseguinte, os partidos eram simples expressões nominais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder. Nesse sentido não se pode jamais falar na existência de contradições fundamentais, mas somente de divergência de caráter secundário, concordando todos no essencial: a preservação da situação.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *2 livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 22.

<sup>25</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. Op. cit, p. 23.

<sup>26</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 48.

Para José Willington Germano, a liderança de Aluízio Alves representava a força oligárquica, pois existia uma relação de parentesco vindo das famílias do interior do estado, porém com um discurso modernizador, baseado na proposta de industrialização, o que seria um interesse burguês. “[...] não se tratava de substituir pura e simplesmente a tradicional dominação oligárquica no comando político do estado, porém modernizar para conservar, em essência, essa dominação”<sup>27</sup>.

No desenrolar das discussões partidárias acerca das eleições que ocorreriam em 1960, ocorreu o racha dentro da UDN. Naquele momento, Aluízio se considerava apto e merecedor da disputa ao governo do Rio Grande do Norte<sup>28</sup>. Essa autoconfiança de Aluízio Alves foi fruto da expressiva votação que ele teve na campanha de 1958, para Deputado Federal.

A vitória insofismável em 1958 consolidou a forte liderança que Aluízio Alves tinha na capital e no interior do estado, encurtando o espaço, como líder dentro do partido, a UDN, e no estado, entre ele e Dinarte. Quebrava-se mais um ciclo político: o primeiro quando a oligarquia seridoense empalmou o poder no estado substituindo os Albuquerque Maranhão; agora, no final da década de 50, uma nova liderança política despontava, ameaçando as velhas lideranças políticas que controlavam o poder no estado. Aluízio tornou-se, já naquele momento, a grande força emergente nessa nova configuração política norte-rio-grandense.<sup>29</sup>

O problema é que Dinarte Mariz apoiou a candidatura de Djalma Marinho e isso fez com que o PSD entrasse na disputa. “O PSD, do alto do governo federal de JK, quer dar as cartas na província dominada pela UDN”<sup>30</sup>. Muito embora não tenha sido automaticamente e

<sup>27</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 49.

<sup>28</sup> Aluízio Alves havia tido uma expressiva votação para o cargo de deputado federal nas eleições de 1958, tendo sido o mais bem votado do estado.

<sup>29</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Aluízio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2004, p. 114-115.

<sup>30</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Editora Artprint, 1999, p. 23.

de forma unânime, o apoio à candidatura de Aluízio Alves, partiu do partido que até aquele momento havia sido seu rival.<sup>31</sup>

Tendo se destacado como deputado federal, Djalma Maranhão se apresentava como um candidato natural à prefeitura de Natal. Outro fator que dava a ele essa indicação natural, seria a maneira com a qual havia administrado a cidade durante seu primeiro mandato, visto por muitos, como uma administração populista. Como não era mais do PSP, de onde havia sido expulso por causa de desavenças com Ademar de Barros, filiou-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), por onde concorreu a prefeitura de Natal. Na contextualização política da época, o PTN era um partido pequeno e segundo o que já fora escrito sobre a ocasião, Djalma Maranhão e o PTN, não tinham recursos para a campanha. Moacyr de Góes relata em *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*: “Maranhão, já então a liderança da hegemônica esquerda potiguar estuda as alianças que se formam e constata um fato positivo: o centro está rachado, e a esquerda pode ser um fiel de balança”<sup>32</sup>. Dessa forma, Djalma Maranhão não teria perdido sua identidade política? Para Moacyr de Góes não, primeiro porque ele diz que essa aproximação teria ocorrido de forma muito lenta, pelo fato de que a nível nacional, ele e Aluízio divergiam das posições e também por afirmar que ele teria feito uma mobilização com as forças sindicais e estudantis da cidade, manifestando seu apoio as candidatura de Henrique Teixeira Lott para presidente e de João Goulart para vice-presidente. Pois então como ficaria a união Alves-Maranhão? Não teria ficado muito complicada, porque mesmo tendo uma ideologia direitista, Aluízio e sua campanha se “desenvolve na ambigüidade”.<sup>33</sup>

Uma vez estabelecidas às alianças, e Djalma Maranhão tendo se juntado a Cruzada da Esperança, mesmo tendo sido um deslocamento feito “[...] num processo de engenharia

---

<sup>31</sup> Inicialmente o PSD queria unir forças com a UDN, sob a alegação de que o partido não tinha dinheiro para a campanha. Mas, a tese não foi aceita pela unanimidade do partido que indicou o deputado Teodorico Bezerra para concorrer ao governo. Esse por sua vez, renunciou em favor de Aluízio Alves.

<sup>32</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *2 livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 24.

<sup>33</sup> Ibid, Ibidem.

política que não perde de vista as questões nacional e internacional [...]”<sup>34</sup>, mas que teria levado em consideração as questões no âmbito da política local, ao nível de disputa do governo do estado e do município, como forma de luta contra as forças políticas mais tradicionais.

Na obra *Lendo e aprendendo* de José Willington Germano, ele cita um comentário feito por Dinarte Mariz sobre a campanha eleitoral de Djalma Maranhão. Esse depoimento teria sido citado por Moacyr de Góes em 1979 em entrevista e dizia o seguinte: “Djalma não tem dinheiro, então com quem Djalma vai contar? Só vai contar com o povo”. No entanto, o desenrolar da campanha eleitoral teria se dado de forma criativa e utilizando, a força da publicidade e da emoção, “Campanha do tostão contra o milhão”<sup>35</sup>. Esse tipo de slogan seria um apelo à população tentando demonstrar as desvantagens em lutar contra a máquina do governo do estado, o dinheiro público, que estaria na mão do concorrente oponente. Para combater isso, foi fundamental a utilização da participação popular através dos *Comitês Nacionalistas* que se instalando em diferentes ruas e bairro, se aglutinava em torno da possibilidade de angariar fundos para o processo publicitário eleitoral. Pelo que mostra o que já foi escrito sobre o assunto, existiu uma participação ativa de diversos grupos da sociedade, em torno da campanha de Djalma Maranhão, tornando-a um instrumento de trabalho conjunto.

Esses núcleos políticos, principalmente os comitês femininos, vinculados aos Comitês Nacionalistas, levantavam também recursos para a movimentação política, seja promovendo rifas de objetos, seja recebendo doações de dinheiro ou de produtos. Aliás, não somente os Acampamentos e os Comitês procuravam arrecadar fundos, também a própria população se mobilizava nesse sentido, como foi o caso da Campanha da Gasolina, necessária para o transporte de eleitores e que foi inteiramente doada pela população. Pessoas que trabalhavam em um mesmo local se cotizavam e

<sup>34</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *2 livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 24.

<sup>35</sup> A campanha política foi organizada em todos os detalhes pelos *Comandos Populares*, espécie de grupo que traçava os direcionamentos e estratégias da campanha. Era formado por políticos, estudantes, intelectuais e líderes sindicais e de bairros.

enviavam igualmente sua colaboração para a campanha dos candidatos populares – Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos.<sup>36</sup>

Os comitês teriam servido como uma forma de elaborar um projeto político a partir do que exigiam ou cariciam as comunidades onde eles haviam sido formados. No caso, além de servir como núcleos que ficavam localizados nos bairros, para conseguir dinheiro para a campanha, ainda eram realizados debates freqüentes onde estavam presentes os candidatos e a comunidade. Na verdade, o que afirma um dos líderes da campanha de Djalma Maranhão e depois, Secretário da Educação, Moacyr de Góes, é que a vitória na campanha para a prefeitura se deveu a organização dos comitês, isso porque a legenda do PTN era inexpressiva, dentro do cenário político de Natal e do Rio Grande do Norte.

Além dos comitês, por causa do seu discurso nacionalista, Djalma Maranhão teria recebido o apoio de trabalhadores do setor público, que chegou até a publicar um manifesto a favor da candidatura de *Lott e Djalma Maranhão*. Esse manifesto está registrado na *Folha da Tarde* de 27 de janeiro de 1960 e os trabalhadores deixam claros os motivos pelos quais estariam apoiando esta candidatura, quando afirmaram que se tratava de uma candidatura não compromissada com os interesses estrangeiros e defensora dos interesses nacionais e dos trabalhadores. Nesse caminho, também seguiram os estudantes que formaram os *Comitês Estudantis*, chegando inclusive ao confronto com a polícia. Sobre esses confrontos, a historiografia mostra que se tratava de um acontecimento comum. A *Folha da Tarde*, de 15 de setembro de 1960 fez uma denúncia sobre um ataque feito por uma guarnição da polícia sob o comando do major Hipólito Corsino, ao comitê do bairro do Alecrim, o qual foi invadido e depredado. Portanto, através dos registros, nos fica a impressão de que atos irregulares e antidemocráticos faziam-se presente na política do estado na época, talvez uma conseqüência das práticas oligárquicas.

---

<sup>36</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 72.

Realizadas as eleições e apurados os votos, Djalma Maranhão é eleito com um total de vinte e um mil novecentos e quarenta e dois votos<sup>37</sup>, quase o dobro do seu rival no pleito. O resultado para o governo do estado indicava a vitória de Aluizio Alves e do marechal Lott para presidente. Sobre este último resultado citado, é interessante uma análise rápida, pois se tratou da única vitória de Lott em todo o país, pois nos outros colégios eleitorais, o candidato Jânio Quadros, obteve maioria. Em relação a isso, encontramos a seguinte afirmação:

A engenharia política de Djalma Maranhão havia sido vitoriosa. Sua coerência política fora reconhecida pelo eleitorado de Natal: em plano nacional, vencera o nacionalismo (essa vitória tem mais significação quando confrontada com a esmagadora derrota de Lott nas demais capitais brasileiras); para governador, ganhara a candidatura modernizante, e Natal confirmara sua vocação de um voto independente e de esquerda.<sup>38</sup>

#### 1.4 O fim da aliança Alves-Maranhão.

A aliança política que tinha sido sucesso nas eleições de 1960 se extinguiu dois anos depois com a aproximação do então governador da época Aluizio Alves, com a política de expansão de interesses americanos, denominada *Aliança para o Progresso*. Os textos afirmam que o estreitamento entre o governo do Rio Grande do Norte e a presidência dos Estados Unidos, foi fruto da necessidade dos americanos em combater toda e qualquer possibilidade de florescimento dos ideais socialistas na América. O Brasil recebia atenção especial em relação a isso, pois caso se instalasse um governo de esquerda, teria uma grande significação dentro do contexto político da América Latina e poderia influenciar os países vizinhos. O Nordeste do Brasil recebia bastante influência das idéias socialistas, se levarmos em consideração os movimentos das Ligas Camponesas, e os métodos aplicados nos projetos

---

<sup>37</sup> Diário de Natal, de 8 de outubro de 1960.

<sup>38</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *Dois livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 25.

educacionais desenvolvidos e aplicados no Recife e no Rio Grande do Norte e a experiência de Paulo Freire na cidade de Angicos.

Organizadas em Pernambuco, as Ligas Camponesas irradiaram-se para o Brasil. Mas foi no Nordeste que elas se concentraram. Foram criados núcleos de Ligas nos estados da Paraíba, Ceará, Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte. A Igreja Católica não ficou de fora da luta. Pelo contrário, instigou e patrocinou a criação de sindicatos rurais, discutindo o assunto em três reuniões de bispos do Nordeste: uma em Campina Grande, em 1956; duas em Natal, em 1959 e 1962.<sup>39</sup>

É evidente que em plena Guerra Fria, o Estado norte-americano não deixaria ocorrer uma proliferação de ideais socialistas. Se as Ligas Camponesas e o fortalecimento dos sindicatos já eram motivos suficientes para a preocupação dos Estados Unidos, imagine então o prefeito de uma capital, Djalma Maranhão, que abertamente defendia e enaltecia os ideais presentes na Revolução Cubana. Isso ocorreu em um Congresso de Estudantes, que se realizou em Natal, no Teatro Alberto Maranhão, o IV Clae.<sup>40</sup>

O receio da disseminação de idéias subversivas em sua área de influência geopolítica fizeram os Estados Unidos criar mecanismos de auxílio às áreas subdesenvolvidas que pudessem ser alvos da presença comunista. Os fantasmas de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara assombravam os americanos. A Revolução Cubana criara uma certa desestabilização na América Latina. A criação da Aliança para o Progresso fazia parte dessa perspectiva norte-americana de frear o perigo vermelho. [...] No início dos anos 60, a enxurrada de capital norte-americano inunda os cofres do Erário potiguar. Esse dinheiro dotará o estado de uma seqüência de equipamentos modernos: melhoria no abastecimento d'água e nos setores telefônico e elétrico, construção de estradas, escolas, etc.<sup>41</sup>

“Os recursos obtidos junto à Aliança destinava-se a projetos a serem desenvolvidos nas seguintes áreas: agricultura, casas populares, abastecimento de água, saúde e educação”<sup>42</sup>.

Em relação à educação, foi implantado em 1963, um programa de alfabetização de acordo

<sup>39</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Aluizio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2004, p. 142-143.

<sup>40</sup> GÓES, Maria da Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Inácio Maranhão Filho: cristãos e marxistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan, Editora da UFRJ, 1999, p. 145.

<sup>41</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Op. cit, p. 198-199.

<sup>42</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1989, p. 59-60.

com os métodos de Paulo Freire, mas que não teve vida longa porque fugia dos padrões educacionais que seriam os ideais, de acordo com a política educacional do governo americano. Encontramos algumas obras que se referem a isso como um medo da proliferação de uma conscientização política e de um caráter questionador. “[...] retirou-se o apoio ao projeto devido à ‘inadequação dos procedimentos didáticos’ – como razão oficial –, mas na verdade porque passara a encarar o método como uma ‘fábrica de revoluções’”.<sup>43</sup>

Diferente de Aluizio Alves, Djalma Maranhão é mostrado como um homem que defendia veementemente as suas convicções políticas. Naquele momento político, o prefeito de Natal era influenciado pela doutrina nacionalista que se proliferava rapidamente pelo Brasil e se enraizava principalmente nos meios intelectuais e nos movimentos de trabalhadores, camponeses e estudantes. No Rio Grande do Norte, a *Coluna Nacionalista*, escrita por Ubirajara de Macedo no jornal *Folha da Tarde*, mostrava de forma indireta as idéias defendidas por Djalma Maranhão<sup>44</sup>. Essa era a representação do que pensava grande parte da sociedade politizada natalense, senão a maior parte dela. Portanto, entendemos a partir da análise desse documento e de outros, o quão diferente naquele momento era o posicionamento de Djalma Maranhão e Aluizio Alves; o primeiro dizendo-se defensor do patrimônio nacional e contra a espoliação estrangeira e o segundo, recebendo do Estado norte-americano, ajuda financeira para colocar em prática seus projetos de governo.

---

<sup>43</sup> PAIVA, V. P. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 42. É interessante observar que o dinheiro destinado à educação, dado pelo governo americano ao governo do Rio Grande do Norte, foi pela segunda vez liberado, logo depois do golpe militar de 1964.

<sup>44</sup> “A grande escola na vida de Djalma Maranhão foi o jornalismo. Fundador do Monitor Comercial, que informava ao comércio local sobre a chegada e cargas dos navios. Fundador do Diário de Natal, quando percebeu que era necessário criar uma opinião pública favorável à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial para derrotar o nazi-fascismo. Diretor do Jornal de Natal, órgão criado por Café Filho para efetivar sua participação na política do Estado. Fundador e proprietário da Folha da Tarde que, dos anos 50 até o Golpe de 1964, sustentou as causas nacionalistas e populares, defendeu a reforma agrária e denunciou a corrupção e todas as formas golpistas da direita nos governos de JK, Jânio e Jango”. MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de. *Dois Livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 45.

## 2. A ADMINISTRAÇÃO DJALMA MARANHÃO

### 2.1 A posse e o intercâmbio com as forças políticas de Pernambuco.

A posse de Djalma Maranhão ocorreu no dia 5 de novembro de 1960 e o cargo foi transmitido pelo juiz eleitoral da 1ª Zona, Dr. Euvaldo Poti Martins<sup>45</sup>. O prefeito da época, José Pinto Freire negou-se à transmissão do cargo<sup>46</sup>. Tradicionalmente, a cerimônia de posse deveria ocorrer no início do ano seguinte (1961), mas por se tratar da primeira eleição direta para prefeito realizada em Natal, por ordem judicial, foi permitida uma antecipação.

O executivo municipal encontrava-se atolado em escândalos de corrupção, mais precisamente, no esquema de nomeações de parentes e correligionários, o que deixava para a administração de Djalma Maranhão, uma preocupação inicial em reexaminar os prejuízos que tal prática deixava para o município.

[...] o senhor José Pinto não desmentiu o juízo que dele fazíamos [...]. O pigmeu edil não ficou satisfeito com as duzentas e tantas nomeações feitas no começo do corrente ano. Agora recomeçou a escangalhar o erário municipal, recomeçou a retratar a sua pobre administração, voltou a dar exemplo da sua ineficiência administrativa. O Diário Municipal de ontem publicou quase vinte novas nomeações e fala-se que o seu número ascenderá a cento e cinquenta.<sup>47</sup>

Depois de assumir o cargo de prefeito, em um segundo mandato que seria pautado no fato de ter sido escolhido pelo povo e não por indicação política, como havia sido o primeiro, o prefeito Djalma Maranhão, tinha a consciência de que era preciso uma ampla frente de trabalho com o objetivo de marcar aquele momento político com atitudes novas e que pudesse

---

<sup>45</sup> Prefeitura Municipal. *Memória sumária do Palácio Felipe Camarão*. Natal: Gráfica Maninbú, 1978, p. 21.

<sup>46</sup> A atitude de José Pinto Freire externa a insatisfação pela chegada de Djalma Maranhão ao Palácio Felipe Camarão; não apenas pela expressiva vitória do prefeito eleito sobre seu concorrente, que era apoiado pelas forças que se encontrava à frente da prefeitura na época, mas principalmente, pelo discurso político proferido por Djalma Maranhão em toda a sua campanha, contra as forças oligárquicas de direita e a favor da implantação de uma mentalidade esquerdista, na administração de Natal.

<sup>47</sup> *Folha da Tarde*, de 8 de Outubro de 1960.

deixar marcado para a cidade, a idéia da existência de uma administração progressista, sem esquecer as questões sociais e acima de tudo com transparência. Ao invés de se fechar em idéias próprias, que dariam a ele total crédito por tudo o que poderia vir, Djalma Maranhão desenvolveu um diálogo com as forças políticas de Pernambuco, representantes na época, de uma forma diferente de encarar e lidar com os problemas da sociedade. Esse intercâmbio com Miguel Arraes e Pelópidas da Silveira<sup>48</sup>, resultou em um trabalho, cujos principais objetivos era atacar as deficiências nos campos da educação e da cultura.

[...] Percebe-se uma aproximação com o Programa Político-Cultural do segundo governo Djalma Maranhão com o Programa Político-Cultural do Prefeito Miguel Arraes, expoente da esquerda pernambucana. O destaque de ambos deveu-se pelo objetivo que pretendiam alcançar a alfabetização de adultos, a promoção do folclore e a arte popular, a efetivação de mobilização política, junto à classe trabalhadora e segmentos de intelectuais visando a realização de um projeto progressista de sociedade.<sup>49</sup>

## **2.2 Educação e profissionalização: todos *De pé no chão...***

À frente da prefeitura de Natal, o prefeito Djalma Maranhão deu início a uma campanha que objetivava atacar um dos maiores problemas da história do Brasil, a educação. É pertinente observar que o Brasil, no início da década de 1960, possuía um quadro estatístico humilhante, quando o assunto era educação. Apenas 44% da população começava a freqüentar a escola. Desses, apenas 3,9% concluía o ensino primário e quando se trata do ensino secundário ou técnico, apenas 0,8% chegava a sua conclusão. Diante disso, falar daqueles que chegariam à universidade é evidenciar uma situação de exclusão no sistema

---

<sup>48</sup> Miguel Arraes era o prefeito de Recife na época e Pelópidas da Silveira, era vice-governador de Pernambuco.

<sup>49</sup> SILVA, Maria da Guia de Sousa. *Djalma Maranhão ou o semeador de utopias de transformação social*. Natal: UFRN, 1999, p. 97.

educacional. Somente 0,4% dos brasileiros freqüentava uma universidade<sup>50</sup>. Comparando-se os números do Brasil, com os de outros países Sul Americanos, é ainda mais vergonhoso, pois chegou a ficar atrás de nações como Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai. Isso sem levar em consideração, que dessa pesquisa, foram excluídos os dados referentes a Cuba e Paraguai.

Assim como em todo o país, Natal refletia uma imagem da exclusividade do processo educacional, destinado a poucos privilegiados da sociedade. Em uma população de cerca de 160.000 habitantes (em números redondos), o número de analfabetos e pessoas fora da escola, chegava a mais de 60.254, incluindo-se aí, crianças (35.810) e adultos (24.444)<sup>51</sup>. Como então poderia a prefeitura atacar esse problema? Construindo escolas, seria a resposta mais fácil e simples. No entanto, a realidade em que a prefeitura foi entregue a Djalma Maranhão, não fazia da resposta mais simples, a solução mais viável, pois o que mais faltava aos cofres públicos era dinheiro. O jornal *Folha da Tarde* de 9 de novembro de 1960 publicou quatro dias depois da posse de Djalma Maranhão, a seguinte declaração do secretário de finanças, Roberto Brandão Furtado:

Os compromissos da Secretária de Finanças com o pagamento do restante dos subsídios dos vereadores, funcionalismo das secretarias de Educação e Cultura, Negócios Internos e Jurídicos e Viação e Obras, além dos operários diaristas, se elevam a mais de **TRES MILHÕES DE CRUZEIROS** [...], existindo disponibilidade inferior a **TREZENTOS MIL CRUZEIROS**...[...].<sup>52</sup>

“Nesse contexto a prefeitura teria que enfrentar o problema, porém procedia abandonando as soluções convencionais [...]”<sup>53</sup>. A criação das escolinhas foi então o primeiro passo para o início da campanha contra o analfabetismo. Essas escolinhas funcionavam nos

---

<sup>50</sup> Os dados estatísticos apresentados acima estão registrados no livro “A invasão da América Latina”, de John Gerassi.

<sup>51</sup> Censo do IBGE de 1960.

<sup>52</sup> Natal. *Folha da Tarde* de 9 de novembro de 1960.

<sup>53</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 100.

locais mais diversos, uma vez que não existiam recursos para o funcionamento em prédios próprios da prefeitura, que “apelou para a população, onde fosse cedida gratuitamente uma sala, aí seria instalada uma escolinha. Sindicatos, sociedades beneficentes, sedes de clubes de futebol igrejas de todos os credos, residências particulares, abriram suas portas”<sup>54</sup>. “Havia escola em tudo que era lugar, até em cinema”<sup>55</sup>. No entanto, era evidente que as instalações onde funcionavam as escolinhas não eram ideais, e como cita Moacyr de Góes, secretário da educação, cultura e saúde da época, em entrevista a José Willington Germano, surgiu do povo, a idéia de erguer escolas de palha para a continuidade do projeto da educação popular. Isso revela um fato curioso, quando na ocasião de uma reunião do Comitê no Bairro das Rocas, durante a discussão sobre a necessidade de se fazer escolas e sob a alegação, por parte de Moacyr de Góes, de que a prefeitura não tinha recursos, um morador teria dito: “se não pode fazer de alvenaria, por que não constrói escola de palha?” E ainda sugeriram que deveria ser feito em um terreno onde a prefeitura pretendia fazer um cemitério, na área das dunas.<sup>56</sup>

A partir daí foram iniciadas as obras que culminaram na construção de nove acampamentos até o ano de 1962<sup>57</sup>. Os acampamentos representavam muito mais do que simplesmente o fato de erguer uma escola e gastar pouco com isso. A própria concepção da escola, a falta de paredes passava uma idéia de liberdade e de que estaria aberta para todos, sendo ela de fácil e livre acesso. “Surgia, assim, uma escola erguida sem paredes e sem portas, inteiramente aberta à comunidade”<sup>58</sup>. Interessante é também observar a ligação entre comunidade e escola, e isso, era algo que a prefeitura deixava claro, todas as vezes que ia inaugurar um novo acampamento. Diante do fato do acampamento não possuir paredes nem muros o protegendo, nem muito menos uma disponibilidade de pessoal suficiente para fazer a

<sup>54</sup> Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e Pé no chão*. Natal, 1963, p. 7.

<sup>55</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no Chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 103.

<sup>56</sup> Passagem citada por José Willington Germano, a partir de uma entrevista concedida a ele, por Moacyr de Góes, em 24 de julho de 1979. GERMANO, José Willington. Op. cit., ibidem.

<sup>57</sup> MARANHÃO, Djalma, GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Prefeitura de Natal. Natal: Artprint, 1999, p. 102

<sup>58</sup> GERMANO, José Willington. Op. cit., p. 104.

sua vigilância, as mulheres, principalmente elas, que dispunham do sentimento materno instintivamente protetor, eram convidadas a fazer a proteção da escola que havia sido construída pela prefeitura, mas que era um bem da comunidade, uma vez que os seus filhos dependiam do bom funcionamento e da preservação das instalações, para o prosseguimento de sua vida escolar e conseqüentemente, a garantia de um futuro melhor.

Aquela escola não tinha paredes como o grupo escolar, e somente uma cerca de arame liso, como isolamento. Era necessário que alguém tomasse conta do mesmo, zelasse pela sua conservação. [...] Neste ponto do discurso mostrava o sino e dava uma badalada. E continuava o discurso: este sino serve para chamar os meninos para as aulas e anunciar o fim das mesmas. [...] Mas, quando este sino tocar fora de horas e de maneira agitada, é sinal que o acampamento corre perigo. É o vigia que está pedindo socorro. Cabe às mulheres defendê-lo. [...] No final, pedia que as mulheres, que voluntariamente desejassem defender o acampamento escolar, sem parede, coberto de palha de coqueiro e com piso de barro batido, levantassem os braços. Não precisa nem dizer que uma floresta de braços femininos se erguiam com entusiasmo. Estava realizada a primeira integração da comunidade com 'Pé no chão'[...].<sup>59</sup>

Por trás da estrutura e do material utilizado na ocasião da construção dos acampamentos, também estava o ideal de preservação cultural, “uma autentica obra de cultura popular, usada pelos pescadores das praias nordestinas”<sup>60</sup>. Devido à utilização da palha e principalmente da técnica de “virada”, importantíssima para o resultado final da cobertura, que deveria ser segura para desempenhar sua função principal, a proteção contra sol e chuva.

De certa maneira, a forma pela qual foi conduzido o processo de instalação das escolinhas e a construção dos acampamentos escolares da campanha *De pé no chão também se aprende a ler*, despertou na população um sentimento de cooperativismo que acabou se refletindo no desejo de fazer funcionar e dar certo a empreitada proposta pela prefeitura de Natal, no combate ao analfabetismo. Fica difícil imaginar alguém que vai querer ver a sua casa destruída. Por isso, a participação da comunidade na edificação dos acampamentos era de

<sup>59</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 104.

<sup>60</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no Chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 104.

suma importância, fazendo com que surgisse um sentimento de preservação, cuidado, apressado e orgulho em ter feito parte de tudo aquilo. Em certo momento, Djalma Maranhão teria atribuído a existência de uma mística em torno dos acampamentos escolares. “Os bêbados, os desordeiros, marginais de todas as espécies, passavam a respeitar o acampamento com a mística das coisas sagradas. A mística que emana das coisas que possuem raízes no coração do povo”<sup>61</sup>. Assim, é indispensável ressaltar, o quanto os pescadores que ajudaram a trançar e virar as palhas de coqueiro para fazer as coberturas; as mulheres que eram convocadas a proteger os acampamentos onde seus filhos estudavam; a população que contribuiu cedendo áreas para o funcionamento das escolinhas ou material, como livros, cadernos, lápis, etc., se tornaram parceiros da instituição pública se levarmos em consideração que boa parte dos recursos utilizados, vinham do poder privado.

Quanto à mão-de-obra utilizada para lecionar durante a campanha de alfabetização, havia uma diversificação. Parte desse pessoal eram funcionários da prefeitura e a outra parte, voluntários<sup>62</sup>. O voluntariado aí, talvez possa ser interpretado como uma credibilidade da campanha *De pé no chão...*, junto à população. Mesmo assim, era importante a formação de profissionais para atuar junto ao projeto de alfabetização e nesse contexto, foi extremamente primordial o papel do Centro de Formação de Professores, que agiu sob três frentes, oferecendo três tipos de cursos: o de Emergência, que visava preparar em curto prazo (três ou quatro meses) os professores para lecionar nos acampamentos escolares e nas escolinhas, aos grupos de alfabetização; o Ginásio Normal, com duração de quatro anos e o Colégio Normal, com duração de três anos<sup>63</sup>. Os cursos emergenciais tinham a preocupação de discutir, além das questões técnicas e pedagógicas, assuntos relacionados à realidade brasileira e a cartilha

---

<sup>61</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 104.

<sup>62</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1999, p. 110.

<sup>63</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1999, p. 110.

de alfabetização de adultos<sup>64</sup>, deixando evidente uma das maiores preocupações de Djalma Maranhão e sua equipe administrativa, a conscientização do educador do mundo no qual ele estava inserido e a capacidade de passar isso para o educando. É importante também destacar que a maior parte dessas educadoras, foram recrutadas dentro das próprias comunidades onde foram instalados as escolinhas e os acampamentos. De família humilde em sua maioria, as moças, participaram de um treinamento intensivo para o cargo de “professorinha”. Segundo Djalma Maranhão, esse título representava muito mais do que uma qualificação profissional. Era a representação da elevação do status social daquelas moças, que até aquele momento, só haviam freqüentado o curso primário.

Estas moças foram retiradas do anonimato e lançadas na luminosidade da Campanha que galvanizava a cidade. Passaram a ter o título: professorinhas. Os pais, na sua maioria de origem humilde, orgulhavam-se da nova situação das filhas. As suas casas próprias residenciais passaram a ser denominadas, na vizinhança, como a casa da professorinha. [...]Aconteceu, então, um fenômeno sociológico. Centenas de moças, sem prévia politização, integram-se na vanguarda de um movimento que levava em suas raízes a seiva da libertação nacional.<sup>65</sup>

Em todos os trabalhos científicos analisados, existiu um aspecto citado como contribuinte para o estreitamento dos laços escola-família, os Círculos de Pais e Professores.

Na campanha, o Círculo de Pais e Professores vai abrir um espaço político muito importante. [...] Em abril de 1962 já existem 14 Círculos de Pais e Professores, que são vistos como ‘em vias de ampliação; reúnem-se mensalmente e têm como função aproximar aqueles que mais de perto podem influir na educação da criança, indo mais além, na organização dos grupos que, devidamente coordenados, serão uma verdadeira força atuando sobre a estrutura social do bairro’.<sup>66</sup>

Nessas reuniões se realizava um diálogo direto entre os pais dos alunos e a equipe técnica da escola. Mais do que isso aproximava o cidadão da instituição pública (Prefeitura de

<sup>64</sup> Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e pé no chão*. Natal, 1963, p. 16.

<sup>65</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 112.

<sup>66</sup> GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): uma escola democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 87.

Natal), pois em muitas dessas reuniões de Círculo de Pais e Professores estavam presentes secretários da prefeitura e o próprio prefeito. Mas além dos debates acerca das questões pedagógicas, muitas vezes os moradores aproveitavam a ocasião para reivindicar melhorias no bairro, como foi o caso da população do Bairro Nordeste, local de um dos acampamentos, que a partir dessas reivindicações, conseguiram um chafariz para tentar resolver o problema da falta d'água e a expansão da rede elétrica para que a comunidade pudesse ter acesso à luz<sup>67</sup>. Portanto, a “comunidade” usou o espaço para fazer a política do dia-a-dia, na busca pela melhoria do meio em que viviam.

Ainda dentro do processo educacional de erradicação do analfabetismo, em se tratando da atuação junto à população adulta, ocorreu um trabalho diferenciado em relação à forma como eram conduzidas as aulas. Não é muito difícil identificar as ideologias políticas de esquerda, presentes no cotidiano da sala de aula dos adultos. Uma prova disso foi à forma como elaboraram as cartilhas utilizadas pelos alunos para aprender a ler. Antes de qualquer coisa viu-se a necessidade de inserir as lições rotineiras da sala dentro da realidade do estudante adulto, que na prática, é bem diferente do universo infantil. “Um livro de alfabetização, quer para crianças quer para adultos, terá que considerar a maturidade psicológica do educando, dirigido no sentido de atender ao conteúdo da sua vivência, do seu meio ambiente, das coisas que lhe são familiares e comuns”<sup>68</sup>. Então, dentro desse contexto,

---

<sup>67</sup> “Quando nós fizemos o Acampamento do Bairro Nordeste, que ficava naquela região dos alagados, [...] antes da Ponte de Igapó, da velha ponte da estrada de ferro; ali não havia água nem luz [...]. Quando houve primeira reunião do círculo de pais e professores, na qual o prefeito estava presente [...] a comunidade [...] passou a exigir do prefeito aquela sua necessidade básica primária que era a água [...]. Dessa reunião já saiu um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho, integrado por moradores daquela região, foi ao saneamento, como era chamado antigamente [...], pressionou o Dr. Floro Dória, que era o responsável pelo saneamento, pressionou o governador Aluizio Alves, e o saneamento teve que colocar um chafariz naquela região [...]. Convocamos novamente o círculo de pais e professores para, a essa altura com aquela necessidade satisfeita, apresentar as proposta de aprendizagem, etc. [...] quando chegamos lá a comunidade, [...] disse que o problema agora era a luz, era energia. [...] A prefeitura entrou com os fios, eu me lembro bem, a prefeitura comprou os fios e a comunidade fincou os postes; postes entenda-se, aqueles varapaus rústicos onde a própria comunidade trabalhou sábados e domingos montando aqueles postes e estendendo os fios. E a luz chegou ao bairro Nordeste”. M. de Góes, em entrevista dada a J. W. Germano. GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1999, p. 114-115.

<sup>68</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 125.

era comum encontrar frases nas cartilhas do *De pé no chão também se aprende a ler*, direcionada aos adultos, afirmações do tipo: “o voto é do povo”; “o voto do povo deve servir para mudar sua sorte”; “bons governantes dão ao povo meios para obter uma vida digna”; “o operário brasileiro tem capacidade para alcançar um alto nível em sua profissão”; “para haver progresso social é preciso dar as mesmas oportunidades a todos os grupos, sem distinção de raça, situação social ou religião”; “o Brasil só progredirá pelo trabalho consciente do povo”; “o futuro de nossas crianças depende de como soubermos defender hoje as riquezas de nossa pátria”; “a justiça é harmonia, equilíbrio e igualdade nas relações entre os homens”; “a paz nasce da justiça”; etc<sup>69</sup>. Dessa maneira, o objetivo era transformar o homem analfabeto em um cidadão alfabetizado e participativo em seu convívio social. “O despertar no homem do espírito democrático, integrá-lo na vivência das instituições, será tarefa da educação”.<sup>70</sup>

Se a educação era o caminho para uma conscientização do papel de cada um dentro do convívio social, o trabalho seria a forma de fazer com que aquelas pessoas de comunidades simples da cidade, se sentissem úteis, ao desenvolver um trabalho. Assim, o *De pé no chão também se aprende a ler*, resultou em uma extensão de sua ação social, o *De pé no chão também se aprende uma profissão*. O propósito da campanha profissionalizante era inserir o cidadão no contexto da industrialização que aos poucos, naquele momento, começava a dar sinais de crescimento naquilo que seria um “Nordeste [...] amanhecendo para a industrialização”<sup>71</sup>. Os principais cursos oferecidos eram ligados ao setor artesanal<sup>72</sup> muito embora tivesse o projeto, o interesse em suprir uma necessidade industrial. Para dar força a essa campanha foram criadas as cooperativas artesanais, e sobre essa questão em especial, o objetivo era tirar os artesãos formados nas oficinas da campanha, do sistema capitalista. Sobre isso, José Willington Germano, faz a seguinte análise:

<sup>69</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). op. cit., p. 127-129.

<sup>70</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). op. cit, p. 126.

<sup>71</sup> Natal. Secretária de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e pé no chão*, 1963, p. 8.

<sup>72</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 123.

Aqui pode-se observar que, ao procurar unir educação e trabalho, a Campanha cometia um duplo equívoco: em primeiro lugar, ao acreditar que a industrialização implicaria necessariamente o aumento do mercado de trabalho para as categorias ocupacionais de características artesanais; em segundo lugar, ao imaginar que pudesse retirar esses artesãos do processo de produção capitalista ao instituir o cooperativismo.<sup>73</sup>

Depois de um intenso trabalho na segunda administração, de novembro de 1960 a abril de 1964, as campanhas para combater problemas da educação e falta de trabalho, chegaram ao fim. Um fim triste, por não ter acontecido a partir de uma escolha ou de um processo natural de substituição política a partir de um pleito, e sim por causa de atitudes autoritárias das forças que realizaram o golpe de 1964, no Brasil. Mas isso será assunto para o capítulo seguinte. De qualquer maneira, um balanço positivo pode ser feito de todo esse processo. Afinal de contas o *De pé no chão também se aprende a ler* conquistou a marca de cerca de 17.000 (dezesete mil) pessoas matriculadas, entre crianças e adultos, em março de 1964<sup>74</sup>. Muito além disso, acabou se tornando referência mundial de como se combater o analfabetismo de uma maneira eficaz e serviu também, para o surgimento de uma mentalidade de orgulho por ter feito parte de todo o processo e da história de Natal, naquele período.

### **2.3 Ações culturais: porque o povo não podia ser apenas expectador**

A campanha educacional promovida pela prefeitura de Natal durante a administração Djalma Maranhão, extrapolou os limites da sala de aula e fez surgir um movimento que visava resgatar valores da cultura popular, do folclore do Brasil e principalmente do Nordeste ou Rio Grande do Norte. Mas esse movimento, essa ação cultural, precisava ser bem

---

<sup>73</sup> GERMANO, José Willington. op. cit., p. 123.

<sup>74</sup> GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 79.

elaborado de forma que o povo não fosse apenas o expectador de uma série de espetáculos ou palestras programadas pela prefeitura, para mostrar o quanto se apoiava esse setor na cidade. “O objetivo era fazer com que a cultura não fosse sinônimo de elitismo, de privilégios de alguns”<sup>75</sup>. Então, sob a coordenação de Maide Pinto Galvão, que era diretora do Departamento de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, as ações para o fortalecimento da cultura popular foram iniciadas e coordenadas de forma que atingissem a população das mais diversas formas.

Esta iniciativa cultural do Governo do Município, enquadra-se perfeitamente no plano de trabalho em prol da democratização da cultura, num encontro entre o povo e intelectuais. Todos os dias tem oferecido promoções das mais variadas, por exemplo, arte popular, desenho, pintura, cerâmica e fotografias.<sup>76</sup>

O movimento cultural deixou claro uma preocupação com a influência e dominação da cultura estrangeira, que no Brasil, já era comum desde os primórdios da dominação. Essa cultura, chamada de “alienígena” era o fruto de um domínio europeu, primeiro por Portugal, uma vez que o Brasil era sua colônia e depois, no decorrer do processo histórico, pela Inglaterra, França e Estados Unidos. Com isso, era necessária, uma intervenção no que se mostrava claramente como um controle estrangeiro das manifestações culturais que nada mais era do que um reflexo do domínio imperialista.

O significado do termo Cultura Popular assume para nós forma definida de compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o seu descobrimento, até os dias atuais. Dominação que tem sofrido historicamente, mudanças que ora acentuam ou atenuam o seu caráter, mas que fundamentalmente persiste, envolvendo todo o complexo político econômico e cultural brasileiro.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> SILVA, José Luiz. *O Poti*, Natal, 6 de abril de 1980, p. 10.

<sup>76</sup> Natal. *Diário de Natal* de 24 de dezembro de 1963, p. 7.

<sup>77</sup> CAMPOS, Geniberto. *De pé no chão também se aprende a ler / Cultura popular: tentativa de conceituação*, apresentado no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, em Recife.

Essa forma de pensar ao contrário do que alguns possam imaginar é mostrada pelo próprio Djalma Maranhão, que não se trata de um bairrismo extremado e sim de uma necessidade de valorização da arte nacional e regional. Em reportagem publicada na época, chegou a escrever, “não somos contra o estrangeiro, somos contra o capital estrangeiro no seu aspecto colonial”<sup>78</sup>. Mas para ele, não era possível a desvinculação econômica, sem que tivesse atrelado a isso, a desvinculação cultural.

A nossa luta interna de libertação liga-se profundamente à cultura popular, que assume, no primeiro momento, o sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo aos valores culturais estranhos os nossos valores, os criados e elaborados aqui. Essa a tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido universal, permitindo o processo de aculturação, mas que haja domínio da cultura brasileira.<sup>79</sup>

É evidente que naquele contexto político, existia uma urgência em desenvolver um programa para a realização de eventos culturais em Natal. Assim, foram dos próprios acampamentos escolares que começou a surgir os primeiros trabalhos direcionados a enriquecer a cultura das camadas mais populares<sup>80</sup>. Então o trabalho começou a ser desenvolvido, como não poderia deixar de ser, levando-se em consideração a empreitada para o combate ao analfabetismo, com o funcionamento das bibliotecas rotativas, as quais ajudou no estímulo a leitura das comunidades mais carentes, que além de não possuírem até aquele momento, o hábito da leitura, também não dispunham dos recursos necessários para a compra de livros. Assim, em bem pouco tempo, a campanha em prol da leitura deu certo e mais uma vez, o prefeito Djalma Maranhão e sua equipe, colocou em prática a criatividade, que já era marca registrada de sua equipe, principalmente se levarmos em consideração o baixo custo dessas bibliotecas.

---

<sup>78</sup> Natal. *Jornal de Natal*, 9 de julho de 1961, p. 1.

<sup>79</sup> CAMPOS, Geniberto. *Ibid.*

<sup>80</sup> GERMANO, José Willigton. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 117.

A propósito desse assunto, vale lembrar uma campanha desenvolvida sob o lema “o livro que está sobrando em sua estante é o que está faltando nas mãos do povo”, em que se conseguiu da população de Natal a doação de mais de 20.000 livros, cujos volumes aproveitáveis foram incorporados às bibliotecas.<sup>81</sup>

Do projeto das bibliotecas rotativas, as quais tinham esse nome pelo fato de que os livros eram deslocados entre os vários acampamentos escolares. Isso possibilitou o surgimento dos círculos de leituras, que tanto serviam para os professores, quanto para os alunos. Não demorou muito e o projeto das bibliotecas tomou uma proporção maior, quando foram criadas as bibliotecas populares, ou como alguns preferem chamar, postos de empréstimos, pelo fato de que não existia espaço. Essas bibliotecas populares representaram em termo de gasto a prefeitura, quase nada. Isso, por dois motivos: o primeiro, a campanha do livro, já mencionada anteriormente e o segundo, porque a estrutura física dos postos de empréstimos não passava de uma pequena estrutura de madeira. Mesmo assim, é possível dizer que a cidade passou por um fenômeno, o da leitura. Instaladas nas áreas mais afastadas, as bibliotecas populares chegaram a emprestar, somente no posto das Rocas, mais de 50.000 livros<sup>82</sup>. Mas não era somente o livro que era de difícil acesso. Para a população carente da cidade, os jornais também eram caracterizados como um artigo de certo luxo, em que poucos tinham acesso, pelo menos de forma mais freqüente. Sobre isso, José Willington Germano fez a seguinte constatação, no seu livro sobre a campanha *De pé no chão*:

Menciona-se ainda que cada biblioteca contava com um jornal mural, afixado na parte externa das barracas. Esses murais eram constituídos de recortes de jornais locais e do Rio de Janeiro, substituídos dia sim dia não. O que possibilitava à população pobre o acesso à leitura dos jornais.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 118.

<sup>82</sup> Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Departamento de Documentação e Cultura. *Relatório sobre as bibliotecas populares*, p. 5.

<sup>83</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 119.

O que se via na verdade era uma preocupação em despertar o interesse do povo pela leitura e mais; conquistar leitores, para os organizadores da campanha era conquistar a emancipação cultural do Brasil. Para que isso acontecesse da forma mais fácil e rápida possível existiam métodos bem formulados para atribuir a cada biblioteca um determinado tipo de acervo. Não era simplesmente encher uma biblioteca popular de livros, mas de livros que interessassem aos moradores da região. “O acervo das Bibliotecas Populares era organizado de conformidade com o interesse dos moradores, conhecidos através de pesquisas, fazendo-se o possível para despertar o gosto da boa leitura. O processo de emancipação cultural do povo brasileiro era a nossa meta”.<sup>84</sup>

Se a leitura era o primeiro passo para o processo de libertação da influência castradora da cultura estrangeira, o complemento veio com as construções das Praças de Cultura. Qual o objetivo dessas praças? O que nos mostra o material já escrito sobre esse assunto, é que o objetivo principal era atender em um só lugar, os anseios de diversão de pessoas com as mais variadas faixas etárias. Por esse motivo, dentro do complexo de uma Praça da Cultura, existia um “[...] Parque Infantil, visando atrair a infância: um campo de esportes – basquete, voleibol, futebol de salão – com a finalidade de congregar a juventude; um telefone público, de interesse decisivo para a comunidade, e uma biblioteca, como base fundamental”<sup>85</sup>. O marco da fundação de Natal, a Praça André de Albuquerque, tornou-se um “centro cultural dinâmico, movimentado”. Na Praça de Cultura considerada modelo, foi construído, de acordo com o relato presente no livro de Moacyr de Góes, uma fonte luminosa, biblioteca, concha acústica, galeria de arte e uma casa de lanche, onde não se vendia bebida alcoólica. Talvez o fato de não oferecerem bebida alcoólica na Praça de Cultura, fosse um reflexo da real intenção da administração Djalma Maranhão, ao propor o funcionamento daquele ambiente

---

<sup>84</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 152.

<sup>85</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 143.

cultural; atrair a juventude ou o público de forma geral, muito mais pelo interesse cultural, festivo, do que apenas por se tratar de um ponto de encontro para bebedeiras.

A Galeria de Artes era um importante local de efervescência cultural da cidade, onde eram apresentadas a população, obras de renomados artistas do cenário local e nacional. Já que o propósito era a “democratização da cultura”<sup>86</sup>, a programação da Galeria de Arte, abrangeu desde obras de Francisco Brennand até exposições de trabalhos da Campanha *de pé no chão também se aprende uma profissão*, que ensinava as pessoas sem condição de freqüentar um curso profissionalizante, técnicas artesanais que iam desde a sapataria a produção de cerâmica. De acordo com reportagem do jornal *Diário de Natal* de 9 de março de 1964, em doze meses de funcionamento, “[...] mais de 12 mil pessoas visitaram a Galeria”. Levando-se em consideração o tempo de funcionamento da galeria e o número de visitantes indicados, seria uma média de mil pessoas por mês, um número considerado relevante se levarmos em consideração que até 1960, mais de 60.000 pessoas de uma população de quase 160.000, eram analfabetos<sup>87</sup>. Mas a coordenação responsável pela programação de eventos existentes na Galeria de Arte se preocupava muito em que ela não ficasse ociosa e por isso, às vezes em que se fazia necessário algum evento cultural, como lançamentos de livros, fazia-se nas instalações da Galeria.

Outro elemento que compôs o cenário da Praça de Cultura André de Albuquerque, foi a Concha Acústica, de onde se promovia os mais diversos eventos de forma a conquistar o público para uma participação efetiva e proveitosa. “Era o poderoso pulmão por onde começava a respirar a inteligência natalense”<sup>88</sup>. Audição de música clássica e popular, exibição de filmes, debates políticos, apresentação de grupos populares e leituras de textos, eram os eventos mais comuns de serem vistos em meio à praça, diariamente. Em relação a

---

<sup>86</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). Op. cit., p. 145.

<sup>87</sup> Censo do IBGE de 1960.

<sup>88</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 144.

esses eventos, havia uma espécie de rodízio de forma que atendesse aos mais variados públicos, fosse por faixa etária, por nível intelectual ou mesmo por puro interesse pessoal. Ao mesmo tempo, quando afirmei no título desse tópico “porque o povo não podia ser apenas expectador”, me baseei no seguinte trecho “[...] Mas havia também os dias em que era o próprio povo que comandava os debates, os mais variados que foram realizados nas praças de cultura de Natal, com a efetiva participação do público presente”<sup>89</sup>. Então mais do que nunca, fica a impressão de que o projeto de valorização cultural funcionava como imaginado e caminhava para “o despertar da consciência de um povo”.<sup>90</sup>

O que há em comum entre *Praieira dos meus amores*, as canções regionais *Prenda minha* e *Cidade maravilhosa* e os clássicos de Bach? Na verdade, essas canções fizeram parte do programa desenvolvido pelo coral da cidade de Natal, mais uma extensão dos investimentos feitos na área cultural da cidade durante a administração Djalma Maranhão. Sob a regência do maestro Garibaldi Romano, o coral da cidade complementava o objetivo de enriquecer o patrimônio artístico-cultural da cidade. Ao mesmo tempo em que se executavam músicas clássicas, também eram executadas músicas que faziam parte do sentimentalismo regional, fosse esse sentimentalismo, sulista ou nordestino. A partir daí, pode-se observar, de acordo como é apresentado em várias bibliografias a respeito do assunto, a intenção de democratização da cultura e mais além, de união da população, independente da classe social ou formação intelectual em torno de tudo o que pudesse representar a essência da cultura, fosse popular ou erudito. Essa mistura entre popular e erudito também era uma marca das estações difusoras de Natal.

O serviço de difusão, funcionando de 20h às 21h30min, oferecia uma programação básica de música popular brasileira, selecionada e comentada; iniciação à música

---

<sup>89</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). op. cit., lbdem.

<sup>90</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). op. cit., p. 145.



clássica; leituras de crônicas e audição de discos de poesia, e, finalmente, o noticiário “A Prefeitura dia a dia”.<sup>91</sup>

A administração Djalma Maranhão procurou fazer com que o povo vivenciasse as manifestações artísticas do país, do estado, da cidade. Chegaram então a conclusão de que não precisariam gastar muito dinheiro com isso, pois bastava estimular e proporcionar condições ao próprio povo, para que as manifestações folclóricas se mantivessem fortes, no dia-a-dia do povo natalense.

[...] Os grupos de danças folclóricas representados pelos seus conjuntos de Boi Calemba, Babelô, Congos, danças antigas, como o Araruna, Camaleão e Coã, Chegança, Fandango, Lapinha e Pastoril, se apresentavam na época própria por toda a cidade, desde Santos Reis e Rocas, até as Quintas.<sup>92</sup>

“Todos os anos, nos períodos de Natal, Ano Novo, Reis e São João, eram armados grandes palanques no centro da cidade e nos bairros mais distantes, para a exibição dos conjuntos folclóricos, a fim de garantir a perpetuação das danças e cantigas do passado”<sup>93</sup>. Esses palanques montados e espalhados pelas áreas mais carentes da cidade não eram o único local onde os grupos, digamos, amadores, tinham espaço para mostrar os seus trabalhos. Desde que começou a funcionar o Teatrinho do Povo, no prédio da Guarda Municipal, a população passou a contar com um local que abriu as portas para os mais variados tipos de manifestações artísticas, desde “[...] apresentações artísticas dos alunos dos grupos escolares, dos Acampamentos e do Centro de Formação de Professores, além [...] da apresentação constante dos seus grupos artísticos [...]”<sup>94</sup>,

<sup>91</sup> GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): Uma Escola Democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 101.

<sup>92</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 120.

<sup>93</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 148.

<sup>94</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 120.

Teatrinho do Povo – Foi inaugurado em 28 de abril de 1963 [...]. O prefeito transformou o quartel da Guarda Municipal, no bairro do Alecrim, numa casa de espetáculos populares, coisa de que carecia Natal. A alta sociedade contava com o Teatro Alberto Maranhão, onde o povo raramente entrava. O Teatrinho do Povo vinha suprir essa lacuna, buscava, a partir daí, novos patamares de elevação cultural, a médio e longo prazos. De 28 de abril a 20 de outubro de 1963, o Teatrinho do Povo proporcionou 50 espetáculos, dos quais três estiveram sob a responsabilidade do Centro de Formação de Professores da Campanha”.<sup>95</sup>

Para completar o conjunto de realizações para o aumento da valorização da cultura regional e nacional, não poderia deixar de existir um Museu, que atendesse a arte popular, ainda vista principalmente pelos grupos mais elitistas, como arte de segunda classe. Assim o Museu de Arte Popular Câmara Cascudo criado ainda na primeira administração Djalma Maranhão, teve o seu acervo enriquecido, com destaque as obras do artista Chico Santeiro<sup>96</sup>, procurou chegar até o povo. Ao invés de funcionar tradicionalmente, quando o público tem que se dirigir até o prédio que abriga as obras de arte, o Museu de Arte Popular, fazia exposições de suas obras em praças públicas e na Galeria de Arte, visando facilitar o acesso do grande público, as obras de arte.

[...] na metade do segundo semestre de 1963, o seu acervo já estava enriquecido com mais de 600 peças, a maioria de artistas populares do Rio Grande do Norte. As coleções de Chico Santeiro (Natal) e Vitalino (Caruaru) ressaltavam em quantidade e qualidade. [...] funcionava [...] ao lado de outros serviços de rotina, como a Hemeroteca e a Seção de Documentação Fotográfica. A Discoteca, apesar do acervo de 1.040 discos catalogados, jamais teve condições materiais adequadas ao seu funcionamento.<sup>97</sup>

De forma geral, as explanações feitas acerca das realizações culturais e educacionais da Prefeitura de Natal, durante a administração Djalma Maranhão, são um reflexo do que foi apresentado, durante o processo de pesquisa sobre o assunto. Resumidamente, foram atitudes

<sup>95</sup> Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Diretoria de Documentação e Cultura. *Relatório de atividades do Teatrinho do Povo*. Natal, 1963.

<sup>96</sup> “[...] Chico Santeiro, um autodidata considerado o Aleijadinho potiguar. A sua escultura é em madeira, principalmente ‘umburana’. Trabalha com a ponta de um canivete. Tornou-se conhecido, regional e nacionalmente, com os seus crucifixos, cabeças de Cristo, figuras de Antônio Conselheiro, Padre Cicero, vaqueiros, cangaceiros, tipos históricos e populares”. MARANHÃO, D., GÓES, M. de (org). Op. cit., p. 146.

<sup>97</sup> GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): Uma Escola Democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 103.

que buscaram emancipar o pensamento do natalense de uma espécie de colonialismo cultural, que procurava incutir na mente das pessoas, uma realidade que não condizia com a sua e também e principalmente, defender uma certa autenticidade do folclore, pois essa seria a única maneira de resistir ao domínio imperialista tão marcante na época e que tanto incomodava ao prefeito Djalma Maranhão, como muitas vezes deixou bastante evidente em seus discursos, tanto durante o processo eleitoral de 1960, quanto durante toda a sua administração (1960 – 1964) e mesmo após sua prisão e exílio. “Procuramos, na medida das possibilidades, incentivar todas as manifestações tradicionais da vida popular de Natal, para, desta maneira, defender, com amor e respeito, as origens culturais do povo”.<sup>98</sup>

## 2.4 Um “fazer política diferente”

Em um período onde as práticas clientelistas dominavam o cenário político do Rio Grande do Norte, a administração Djalma Maranhão foi marcada por atitudes que estavam bem à frente do que se conhecia em termos de administrar, no início da década de 1960. Hoje muito se fala em governo feito a partir das necessidades do povo, “orçamento participativo” ou coisas do tipo. Mas essa prática ao contrário do que muita gente pensa não é algo tão inovador assim. Dentro da campanha política *Cruzada da Esperança*, os Comitês Nacionalistas não eram meras sedes para se organizar e por em prática os planos da campanha eleitoral. Já nesses comitês, que se espalharam por vários bairros de Natal, ocorriam discussões envolvendo lideranças de bairros; moradores e políticos envolvidos no pleito eleitoral, acerca de importantes decisões que deveriam ser tomadas logo que Djalma Maranhão assumisse o cargo de prefeito de Natal.

---

<sup>98</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 148.

Particularmente, lembro de meu pai Pedro Vilela de Oliveira na presidência da Sociedade Beneficente Amigos das Quintas, juntamente com Alfeu Ferreira da Silva e José Avelino da Silva, - este último, proprietário da Amplificadora e do Cine São José – o qual cederia suas instalações para que ali funcionassem, também, escolas de alfabetização. Recordo que muitas decisões foram tomadas em reuniões realizadas em nossa residência, na rua São Geraldo, número 65, sede de um dos Comitês Nacionalistas.<sup>99</sup>

Como já foi citada aqui neste mesmo trabalho, outra forma de aproximação entre a população e o prefeito e seus secretários, eram as reuniões dos Círculos de Pais e Professores da Campanha *De pé no chão*, a exemplo das reivindicações dos moradores do bairro Nordeste, que conseguiram sanar em boa parte, o problema da falta de água e luz elétrica. A respeito disso, o *Diário de Natal* de 19 de outubro de 1979, relata uma experiência vivida pelo então prefeito de Natal da época, José Agripino Maia, quando perguntou em uma reunião de moradores do bairro de Soledade, se algum prefeito teria visitado aquela localidade nos últimos quinze anos e rapidamente um dos moradores presentes respondeu que não. O último teria sido Djalma Maranhão. Talvez essa aproximação do prefeito com a população tenha ajudado na construção da imagem do político que governava para o povo e a partir das necessidades do povo.

É evidente também que o carisma de Djalma Maranhão também foi um dos seus trunfos para ficar na memória de todos os que viveram as décadas de 1950 e 1960. As fotografias que mostram o prefeito em meio ao povo, participando dos autos populares, é uma constatação de um comportamento que muitas vezes extrapolou os limites do convencional, deixando de lado a imagem do político que sempre será visto em cima do palanque apreciando o seu povo e de forma simbólica, acima dele<sup>100</sup>. Estar no chão, junto às pessoas

---

<sup>99</sup> OLIVEIRA, Janilson Dias. *De pé no chão também se aprende uma profissão*. Natal: ETFRN, Secretária de Comunicação Social, 1993, p. 15.

<sup>100</sup> Ver anexo I.

mais comuns foi uma forma encontrada por Djalma Maranhão de conquistar aliados, amigos, correligionários e mais que isso, verdadeiros fãs.

Outro fator que contribuiu para uma relação de confiança entre o eleitorado e a administração municipal, era o ideal de transparência colocado em prática pela Secretaria de Finanças. Não bastava dizer que o cofre da prefeitura sofria com um déficit, era preciso mostrar de quanto era esse déficit<sup>101</sup>. Para isso, dois meios eram utilizados: o rádio, através do programa *O prefeito presta contas ao povo* e os boletins informativos da Secretaria Municipal de Finanças. O êxito na recuperação financeira das contas do município só foi conseguido graças a um alargamento na cobrança de impostos, o que, de acordo com José Willington Germano:

[...] não significava, entretanto, extensão da cobrança de impostos a todos indistintamente. [...] Das isenções, que todo um tipo de instituições, toda uma gama de pequenos negócios e toda uma categoria de artífices foram excluídos do pagamento de impostos.<sup>102</sup>

Assim, não é nada raro encontrar na historiografia, referências a administração Djalma Maranhão à frente da Prefeitura de Natal, como sendo uma forma de atuar politicamente direcionando-se aos interesses do povo. Por isso que a educação e a cultura foram suas principais metas, mas não apenas isso. O prefeito de Natal, no entanto, não atuou apenas nesses campos e criadas as mais diferentes adversidades, utilizou suas boas relações em vários setores da sociedade para vencer dificuldades que se apresentaram em seu período administrativo. Um exemplo disso foi a greve das empresas de transportes coletivos,

<sup>101</sup> “Uma série de dados informava, então, que a Lei Orçamentária de 1962 fora aprovada DEFICITÁRIA (Receita prevista: Cr\$ 270.103.000,00 – Despesa fixada: Cr\$ 330.896.650,00 – Conseqüentemente, déficit previsto de Cr\$ 60.793.650,00). Mas a execução orçamentária modificara o panorama inicial, transformando o déficit em SUPERAVIT (Receita arrecadada: Cr\$ 407.317.059,70 – Despesa efetuada Cr\$ 405.314.113,90 – Superávit: 2.002.945,80). Informava ainda sobre ativos e passivos, concluindo-se que, à época, a Prefeitura apresentava um patrimônio líquido de Cr\$ 92.067.275,70. Era a demonstração do êxito da política financeira de Natal”. MARANHÃO, Djalma, Góes, M. de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 43-44.

<sup>102</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 87.

deflagrada por uma exigência dos próprios donos das empresas, que queriam um aumento no preço das tarifas, mas que não tiveram êxito devido a capacidade de articulação de Djalma Maranhão que contou com o apoio das forças armadas e da população para manter em pleno funcionamento, os meios de deslocamento dos trabalhadores até seus locais de trabalho e ainda conseguiu através de decretos, acabar com a concessão das empresas que entraram em greve e abrir nova concessão a outras, que estivessem interessadas em atuar no setor. Outra atitude do prefeito que fugiu a regra foi a desapropriação de áreas localizadas em Brasília Teimosa e Mãe Luíza, para a construção de casas de famílias carentes. Essa decisão causou polêmica na época pelo fato de que o mais comum seria deslocar essas famílias para áreas mais afastadas, já que o local da desapropriação se tratava de uma área nobre da cidade.<sup>103</sup>

Chego ao fim desse segundo capítulo com a seguinte pergunta: Por que, mesmo depois de tanto tempo, a figura de Djalma Maranhão ainda fascina e sua história insiste em ser contada pelas mais diferentes correntes científicas? Ao mesmo tempo, acho que encontro a resposta na seguinte colocação de Moacyr de Góes:

A manutenção das atividades rotineiras da Prefeitura foi preocupação de Djalma Maranhão. Ao lado desta, todavia, houve sempre outra: a inovação. O natalense percebeu que o administrador estava sempre com os olhos postos no futuro, à frente de seu tempo. É Fácil listar as iniciativas administrativas em que sua administração foi a primeira a fazer. A primeira rua asfaltada foi de seu tempo, como também o primeiro telefone público instalado (no largo da Feira das Rocas). Iniciou a construção do anel rodoviário com a avenida de contorno; fez a primeira estação rodoviária (na Ribeira, na intenção de revitalizar o tradicional bairro). Num tempo em que a máquina de lavar roupa ainda não chegara às residências, e as lavadeiras se curvavam nas águas do Rio das Quintas numa função penosa – ele construiu a primeira lavanderia pública, e mais: lá, abriu uma escola, para que as trabalhadoras estivessem próximas aos filhos, e estes tivessem oportunidades de estudar. O primeiro ginásio municipal coberto foi o Palácio dos Esportes, na Praça Pedro Velho.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> GERMANO, José Willington. Op. cit, p. 90-91.

<sup>104</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 46

Enquanto Djalma Maranhão “olhou para o futuro”, o presente olha para o passado e tenta cada vez mais, encontrar novas formas de olhar e entender o que ocorreu em Natal na primeira metade da década de 1960.

### 3 O GOLPE DE 64 E O FIM DO PROJETO POLÍTICO



#### 3.1 O Golpe de 1964 em contexto nacional

No primeiro capítulo de nosso trabalho tivemos uma preocupação em caracterizar, de forma sucinta, a década de 1950, apontando-a como fundamental para o resultado das eleições que ocorreram em 1960. Nesse último capítulo, dedicado ao Golpe Militar de 1964 e suas implicações na administração Djalma Maranhão e na política do Rio Grande do Norte, achamos por bem dar inicialmente, um destaque ao desenrolar dos acontecimentos que culminaram com a retirada de João Goulart do comando da Presidência da República.

O processo eleitoral para o executivo nacional em 1960, terminou com a vitória do candidato Jânio Quadros apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), para o cargo de Presidente da República e João Goulart apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o cargo de Vice-Presidente<sup>105</sup>. No entanto, o governo Jânio Quadros não durou muito tempo, uma vez que ele renunciou em agosto de 1961, depois de pressões do próprio partido que o tinha apoiado na eleição. O motivo? Entre vários fatores, sua política externa de relações comerciais com países comunistas. Uma vez que o Presidente havia renunciado, o natural seria a posse do Vice-Presidente, no caso, João Goulart. Mas as coisas não transcorreram de forma tão natural ou fácil. Na verdade, o governo de João Goulart enfrentou sua primeira crise, antes mesmo de passar a existir de fato. A posse de João Goulart se deu em clima de entusiasmo, mesmo tendo assumido o cargo depois de uma difícil conjuntura.

---

<sup>105</sup> “Embora indiscutível campeão das urnas, Jânio Quadros também se encontrava em situação desconfortável: concorria por uma corrente política impopular e tradicionalmente perdedora, liderada pela UDN (União Democrática Nacional). Para vencer, teria de conquistar votos ‘nacionalistas’ ou ‘populistas’ do adversário. A solução encontrada foi uma espúria ‘dobradinha’ com João Goulart. Este, por sua vez, ante a iminência de perder as eleições caso permanecesse fiel à candidatura Lott, estimulou a ‘dobradinha’ Jan-Jan: Jânio e Jango, nome de guerra de Goulart”. CHIAVENATO J. J. *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Moderna, 1999, p. 9.

“Tornou-se presidente da República sob gravíssima crise militar [...]”<sup>106</sup>. Essa crise fica mais evidente se analisarmos dois documentos: o primeiro enviado ao Congresso por Ranieri Mazili, sob o apoio dos ministros militares, afirmando ser de “absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart” e o segundo, o comunicado do General Lopes afirmando que “[...] O Terceiro Exército, [...] agira por conta própria dentro da idéia de manter o regime liberal, democrata, e cristão, assegurando integral execução da constituição vigente sem qualquer modificação que porventura seja nela introduzida”<sup>107</sup>. Na queda de braço entre os militares, ganhou a ala que correspondia ao grupo ligado às classes mais populares.

É bem verdade que João Goulart assumiu a presidência em clima de euforia popular, mas isso não era o bastante para lhe assegurar êxito administrativo. Isso pelo fato de que os problemas eram inúmeros.

[...] Saiu do país como vice e voltou como presidente, sem mesmo saber se assumiria. Nem tempo para o necessário planejamento de seu governo encontrou. [...] com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além da delicada situação política. Ainda mais grave, Goulart não tinha como implementar seus projetos reformistas. O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo ‘híbrido’, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse, garantindo, assim, as instituições democrática.<sup>108</sup>

João Goulart começou sua administração procurando o apoio do centro, principalmente com o Partido Social Democrático (PSD) e também tomando algumas medidas como o fim da concessão da empresa norte-americana Hanna Company, que trabalhava na exploração de minério de ferro; ampliou relações comerciais com países

---

<sup>106</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 348.

<sup>107</sup> Ver anexo 2 e 3.

<sup>108</sup> FERREIRA, Jorge. Op. cit, 2003. Ibidem.

comunistas e ainda em plena situação conflituosa entre Estados Unidos e Cuba, se colocou contra as sanções propostas pelos norte-americanos. Não demorou muito e as forças contrárias a ele começaram mais uma vez a se manifestar, utilizando as mesmas justificativas do período da crise de sua posse. “Há dois anos vêm o inqualificável governo que aí está, ou mais precisamente o chefe desse governo, o Sr. Goulart, procurando por todos os meios agitar a nação como vistas a implantação de uma República popular do tipo Cubana e Soviética”.<sup>109</sup>

A imagem do presidente da República ficou ainda mais arranhada, junto à burguesia financeira e industrial, com a proposta da realização das Reformas de Base. O governo logo passou a tomar uma posição de centro esquerda, como forma de resistir às pressões da oposição de extrema direita. Sem conseguir controlar a inflação e ainda com o prejuízo da negação do FMI sobre o refinanciamento da dívida brasileira, só sobrou uma opção para João Goulart, as Reformas de Base, e principalmente a agrária. “Pela primeira vez, um presidente da República encaminhava ao Congresso Nacional um projeto que visava alterar profundamente a estrutura agrária do país”<sup>110</sup>. Como tentou por vias legislativas mudar a lei e assim apressar o processo da desapropriação de terras sem a exigência do pagamento prévio de indenização pela desapropriação, a oposição conservadora, imediatamente não aceitou os termos propostos, pois considerou uma ameaça ao direito de propriedade. As manifestações foram inúmeras, como por exemplo, os panfletos distribuídos pela Associação Rural Pedro Leopoldo<sup>111</sup>, os quais passavam a idéia de que o governo não valorizava o trabalho do homem do campo.

As medidas do presidente João Goulart eram populares para a esquerda, intelectuais e sindicalistas; mas era extremamente impopular entre as classes média e alta. As reformas

---

<sup>109</sup> Trecho retirado do manifesto assinado pelo Almirante Carlos Penna Botto, intitulado de “Cruzada Brasileira Anti-Comunista (de luto pelo Brasil). Ver, anexo 4.

<sup>110</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 367.

<sup>111</sup> Ver anexo 5.

deixavam para uma minoria privilegiada do país, a imagem de que suas riquezas, seus bens, iriam ser tomados, como havia acontecido em lugares como China e Cuba. O ano de 1963 terminou de forma muito tensa e o de 1964, já surgia cheio de expectativas para o futuro da política brasileira. Infelizmente, não muito boas.

Ao se iniciar o ano de 1964, a cena política já apresentava os sintomas da desagregação que conduziu ao fim do regime. O pacto populista já não tinha base suficiente para perdurar, nem que fosse por mais algum tempo. Suas forças de sustentação já o haviam abandonado, quer para frear o processo de transformação, como os proprietários rurais, as classes médias e, por fim, a burguesia industrial; quer para fazê-lo avançar a qualquer custo, como o operariado e os trabalhadores rurais que começavam a se organizar. Goulart mantinha-se como a encarnação patética de alguma coisa já enterrada historicamente. [...] O aparelho estatal detinha escassa legitimidade e já não se mostrava capaz de regular, ainda que em grau mínimo, o confronto de forças que polarizavam com intensidade inédita no Brasil.<sup>112</sup>

O governo João Goulart resolveu convocar a população para a realização de um comício no dia 13 de março em prol das Reformas de Base. O objetivo era conquistar o apoio da população para se colocar em prática o projeto reformista. Um grande público se fez presente incentivado pelo comunicado espalhado pelo governo nas ruas do Rio de Janeiro.<sup>113</sup>

O anúncio do comício mobilizou o movimento sindical e as esquerdas, mas acirrou os ânimos da direita. Uma classe sócio poderosa mobilizou-se contra as reformas de Goulart: os capitalistas. Com um manifesto de alerta à Nação, fundaram o Comando Nacional das Classes Produtoras, com sede, não casualmente, no estado da Guanabara. Embora o chefe da Casa Militar de Goulart, general Assis Brasil, garantisse ter montado um ‘dispositivo militar’ para sustar qualquer tentativa de golpe, um grupo de coronéis, convencidos de que seus superiores dificilmente tomariam a iniciativa de conspirar contra o presidente, decidiram tomar para si a tarefa. O Estado-Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe, o general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedicioso. No início de 1964, os contatos entre grupos civis, alguns governadores de estados e parlamentares conservadores já estavam bem articulados. O anúncio do comício, no entanto, transformou uma ação inicialmente defensiva em ofensiva.<sup>114</sup>

<sup>112</sup> DULCI, Otávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986, p. 202-203.

<sup>113</sup> Ver anexo 6 e 6A.

<sup>114</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 382-383.

Alguns dias depois ocorreu uma manifestação na cidade de São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>115</sup>, que se seguiu com um comício contra João Goulart. Uma forte campanha contra o governo Jango se espalhou e se fortaleceu, convocando a população a se unir em “torno da bandeira democrática” ou não deixar que “pequenas divergências sirvam de escadas aos propósitos subversivos”<sup>116</sup>. No cenário de conflito de 1964, outro fator foi primordial para crise presidencial, a imprensa. Como atesta a matéria publicada no Jornal *O Estado de São Paulo*, apontando que o Brasil naquele momento era prejudicado pela administração de João Goulart e que enquanto ele estivesse à frente do país os Estados Unidos não poderia ajudá-lo. Também afirmava o perigo de uma guerra atômica, caso a República brasileira se transformasse em uma Nação comunista e que o tempo corria e ainda exaltou a figura de Carlos Lacerda como grande defensor da democracia e combatente do comunismo<sup>117</sup>. As reportagens contra Jango não era algo difícil de ser encontrado.

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite à capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia.<sup>118</sup>

O jornal *A Tribuna da Imprensa* de 2 de abril de 1964, trouxe as seguintes declaração sobre João Goulart:

Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comunocarreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu. Temos o direito de dizer tudo isso do Sr. João Goulart porque não lhe racionamos os adjetivos certos, por mais contundentes que fossem, na hora em que ele dominava o poder, e posava de líder todo-poderoso da Nação. Como não nos intimidamos na hora em que Jango e os comunistas estavam por cima e amargamos até cadeia, não precisamos nem fazer a demagogia da

---

<sup>115</sup> Ver anexo 7

<sup>116</sup> Ver anexo 8

<sup>117</sup> Ver anexo 9

<sup>118</sup> *Correio da Manhã*, 1 de Abril de 1964.

generosidade. Mesmo porque não pode haver generosidade nem contemplação com canalhas. E Jango, Jurema, Assis Brasil, Arraes, Dagoberto, Darcy Ribeiro, Waldir Pires e toda a quadrilha que assaltou o poder não passam de canalhas.<sup>119</sup>

O Golpe de Estado foi dado e o 1º de abril de 1964 entrou para história do Brasil. Talvez o pior tenha vindo depois com as atitudes tomadas pelo governo militar que perdurou até o ano de 1985. Ficou na verdade a impressão de que os líderes do golpe e todos aqueles os quais apoiavam o avanço e a tomada de poder pelos militares, lutavam muito mais contra algo ou alguém, do que propriamente, por alguma coisa.

A derrubada de Goulart da presidência e o colapso da democracia no Brasil repercutiram entre os grupos nacionalistas e reformistas com grande surpresa. No entanto, para todos os protagonistas dos conflitos daquela época, como as esquerdas, a direita civil e os próprios militares, o golpe surgiu como uma grande incógnita. Como alguns depoimentos confirmam, não havia um projeto a favor de algo, mas contra. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma ‘limpeza política’.<sup>120</sup>

### 3.2 Abril de 64 no Rio Grande do Norte

As intrigas criadas em nível nacional, rapidamente se refletiram no cenário político do Rio Grande do Norte e claro, a administração da Prefeitura de Natal ficou comprometida devido aos posicionamentos políticos de seu comandante maior. “Repetindo o que ocorria em outras partes do país, o movimento militar de 1964 desencadeou uma ação rápida e fulminante, não dando margem ao surgimento de qualquer tipo de resistência”<sup>121</sup>. Como não poderia deixar de ser, se o objetivo dos golpistas, de acordo com a historiografia, era agir o mais rápido possível para varrer a “ameaça comunista”, aí se incluía toda e qualquer pessoa

<sup>119</sup> *Tribuna da Imprensa*, de 2 de abril de 1964.

<sup>120</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 401.

<sup>121</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 149.

que defendesse publicamente ideais sociais de igualdade. O Nordeste, como já citamos anteriormente, celeiro de movimentos camponeses, trabalhistas e principalmente, de projetos educacionais e culturais populares, acabou tornando-se alvo fácil e que rapidamente precisava ser eliminado.

Na noite anterior ao Golpe de 64, o então governador Aluizio Alves teria entrado em contato com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, um dos articuladores do movimento. O mesmo teria feito o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, só que no caso, o contato foi feito junto a Alberto Carlos de Mendonça Lima, comandante militar da região e ao coronel Ulisses Cavalcanti, secretário de Segurança Pública, mas os dois afirmaram não possuir nenhum tipo de informação<sup>122</sup>. No entanto, a movimentação militar no dia 31 de março já era fato. Tanto que no dia 1º de abril a imprensa norte-rio-grandense, mais precisamente o jornal *Tribuna do Norte* do Sr. Aluizio Alves, publicou a seguinte nota:

Ao Povo [...] O governador do Estado está acompanhando pelos meios a seu alcance, os acontecimentos que se desenrolam no sul do país, a partir da crise que tão profundamente atingiu a disciplina da Marinha, e, ontem, a guarnição do Exército em Minas Gerais. [...]Pede ao povo que se conserve calmo, evitando atos ou manifestações.[...]Todo o Estado está em ordem e espera o governador que assim se mantenha no resguardo da tranqüilidade das nossas famílias, que deve pairar acima das paixões das pessoas e grupos.[...]Tudo fazer para solução dos seus problemas, pelas reformas pacíficas e democráticas, pela unidade e respeito às forças armadas, pela consolidação da ordem democrática, pela paz do povo, para o trabalho e para o progresso.<sup>123</sup>

A nota do então governador Aluizio Alves, no dia 1º de abril de 1964, pode ser encarado como o início de um posicionamento a favor da interferência militar na política nacional. Tanto é que no dia seguinte, lançou outra nota oficial, divulgando os motivos em apoiar tal intervenção, embora tenha tentado deixar claro um certo respeito e consideração por

<sup>122</sup> GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e marxistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan; Editora da UFRJ, 1999, p. 180.

<sup>123</sup> Natal. *Tribuna do Norte* de 1º de abril de 1964.

João Goulart. Pois, caso o Golpe não desse certo, estava garantindo sua permanência. Entre outros pontos presentes nesse comunicado, destacamos:

O governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem deflagrado [...] quer manifestar o seu apoio aos ideais dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática [...] ameaçada por atitudes e fatos que não eram ainda do conhecimento público. [...] Lamento que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte [...] não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país ao impasse intolerável. [...] O governador do Estado pede ao povo que fique tranqüilo e confie no esforço que fará para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte e da democracia.<sup>124</sup>

A partir daí Aluizio Alves deixou mais claro do que nunca, o seu posicionamento favorável ao Golpe Militar e assim, ter criado a sua “[...] única possibilidade de fazer frente à liderança de Dinarte Mariz, ‘dono’ da UDN no Rio Grande do Norte e ‘revolucionário’ de primeira hora”<sup>125</sup>. Cassiano Arruda Câmara, citado no livro de Sérgio Luiz Bezerra Trindade<sup>126</sup>, teria dito que o que salvou Aluizio Alves naquele momento foi o fato de já existir no Rio Grande do Norte, uma liderança típica da esquerda radical, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão. A proteção de Magalhães Pinto foi essencial para a negação de sua cassação feita pelo presidente Castelo Branco, quando houve o pedido de Dinarte Mariz, junto ao grupo tido como linha-dura.<sup>127</sup>

Diferente de Aluizio Alves, o prefeito Djalma Maranhão resolveu manter a sua postura contra qualquer intervenção autoritária que pudesse se dar contra o governo João Goulart. Apesar de ter ressaltado pontos positivos e negativos do Presidente da República. Como já afirmamos anteriormente neste capítulo, o prefeito de Natal chegou a tentar uma comunicação com as autoridades militares da cidade para tomar conhecimento sobre o que havia ocorrido

<sup>124</sup> Natal. *Diário de Natal* de 2 de abril de 1964.

<sup>125</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Aluizio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2004, p. 225.

<sup>126</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Op. cit., p. 229.

<sup>127</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997, p. 25.

no Sul e Sudeste do país, no dia 31 de março de 1964. Mas, como também já mencionamos, a resposta foi a de que nada sabiam sobre uma possível intervenção militar. Uma vez que o Golpe se fez fato, uma reportagem do jornal *Diário de Natal* do primeiro dia de abril trouxe uma nota de Djalma Maranhão, com a seguinte afirmação: “[...] a prefeitura é a casa do povo onde se instala, nesta hora, o Q.G. da legalidade e da resistência”.<sup>128</sup>

Os textos lidos sobre o assunto, notas de jornais da época e livros escritos posteriormente, mostram Djalma Maranhão como homem que manteve até o fim sua posição política a qual muito se aproximava dos ideais das esquerdas. No mesmo 1º de abril e no mesmo jornal, o Contra-Almirante Mário Cavalcanti de Albuquerque, naquele momento comandante naval de Natal fez publicar a seguinte nota:

Ao Povo de Natal [...] sentimo-nos no dever de nos dirigir à população ordeira desta Cidade, com a finalidade principal de tranqüilizar a família natalense, face aos acontecimentos que se desenrolam no sul do país. [...] Tendo em vista a ameaça do Senhor Prefeito desta capital, transmitida diretamente ao comandante da Guarnição Militar de desencadear a greve geral em todo o Estado e, em particular, nesta capital, medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimentos com o Senhor Governador do Estado, no sentido de impedir a todo o custo, mesmo com o emprego violento da força, caso necessário, a perturbação da ordem pública nesta capital e o atentado à pessoa e à propriedade privada.<sup>129</sup>

Os militares já haviam começado a agir e tudo precisava ser feito o mais rápido possível no intuito de deixar clara a população as “boas intenções” da intervenção militar e que o melhor a fazer era não esboçar nenhuma reação contra o que se sucedia. A luta seria contra os comunistas radicais e esses precisavam ser varridos do Brasil. “Jipes e caminhões do Exército já eram vistos transportando militares armados com metralhadoras e fuzis para os pontos da cidade considerados por eles como estratégicos”<sup>130</sup>. Mailde Pinto Galvão ainda afirma em seu livro *1964, Aconteceu em Abril*, que a população encontrava-se “mal informada

<sup>128</sup> Natal. *Diário de Natal*, de 1º de abril de 1964.

<sup>129</sup> Natal. *Diário de Natal*, de 1º de abril de 1964.

<sup>130</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. *1964. Aconteceu em Abril*. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2004, p. 41.

e, aparentemente, indiferente”. No entanto, se as ruas já estavam tomadas pelas tropas militares, indiferença talvez fosse algo meio difícil, pois é evidente que fugia ao cotidiano das pessoas, ver os homens da força militar do Brasil, ocupando os principais pontos da cidade. Não demorou muito e a prefeitura foi tomada no final da noite do dia do Golpe.

No gabinete do prefeito, isolados de qualquer informação oficial, continuávamos juntos, mas nada restava a fazer ou dizer. Surpresos e assustados, ouvimos os passos fortes e apressados de pessoas subindo as escadas. Logo um oficial do Exército chefiando uma patrulha composta por muitos soldados empurravam, com um chute, a porta lateral do gabinete. Apontando uma metralhadora em nossa direção, o oficial gritava muito nervoso: ‘Acabou a baderna. Pra fora, seus comunistas!’.<sup>131</sup>

No dia seguinte, 2 de abril, começou um bombardeamento de notícias em todo o país, e no Rio Grande do Norte não seria diferente, sobre os acontecimentos que estavam se desenrolando na história política nacional. A cassação ao mandato de João Goulart e sua fuga do país, o impeachment de Miguel Arraes e as ações do Exército para conter manifestações “rebeldes”, eram as notícias mais freqüentes. Djalma Maranhão chegou a ir trabalhar na Prefeitura tentando cumprir seu expediente normalmente. Mas neste dia, como já era previsto foi preso e também destituído do cargo de prefeito de Natal, juntamente com Luiz Gonzaga dos Santos, seu vice-prefeito<sup>132</sup>. Ainda sobre a sua prisão chegou a declarar:

Fui traído pelo Comandante da Guarnição de Natal, Coronel Mendonça Lima [...] e que, se bandeando para o golpe, após invadir a Prefeitura com forças militares, convocou-me ao Quartel General oferecendo-me a liberdade em troca da minha renúncia. Recusei em nome de minha honra e do respeito ao povo que, me conferira o mandato por mim desempenhado.<sup>133</sup>

Djalma Maranhão ao mesmo tempo em que era querido por muitos, também tinha alguns dissabores, provenientes das suas posições simpatizantes ao comunismo. Como

<sup>131</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. Op. cit., p. 44.

<sup>132</sup> Natal. *Ata da Sessão Extraordinária da 2ª Reunião Legislativa*. Quinta Legislatura. Primeiro período. De acordo com o que consta no acervo da Câmara Municipal de Natal.

<sup>133</sup> MARANHÃO, Djalma. *Cartas de um exilado*. Natal: Clima, 1984, p. 74.

ilustração a esta afirmação, é interessante observar algumas das manifestações de oposição ao político e a pessoa, Djalma Maranhão. “A impressão que se tinha era que havia uma influência comunista, mesmo porque aquele Congresso era apoiado por Djalma Maranhão e, naquele tempo, qualquer reunião prestigiada por Maranhão era suspeita de ter conotação esquerdista”. Essa foi uma declaração de Otto Guerra professor universitário e diretor do jornal católico *A Ordem*, sobre posição assumida pela Igreja Católica sob o comando de Dom Eugênio Sales, no IV Congresso Latino-Americano de Estudantes (IV Clae), em outubro de 1961<sup>134</sup>. Esse mesmo jornal *A Ordem*, chegou a publicar matérias na coluna escrita pelo Sr. Ney Lopes, que tinha o nome de “A Cidade por Dentro”, fazendo denúncias como a falta de assistência pública no bairro Aparecida<sup>135</sup> ou fazendo denúncia acerca da falta de transporte coletivo no bairro de Nova Descoberta e a prostituição no bairro de Morro Branco<sup>136</sup>. Mesmo com essas diferenças entre Dom Eugênio Sales e Djalma Maranhão, digo aqui, diferenças ideológicas, de resto, havia uma boa relação entre o prefeito de Natal e a Igreja Católica, bem como com membros de outras religiões. Afinal de contas a Ação Popular (AP), foi um movimento da Igreja que muito contribuiu para o enraizamento da administração de Djalma Maranhão em Natal<sup>137</sup>. Fora essa divergência com Dom Eugênio Sales, outra se deu com o General Muricy, Comandante da Guarnição de Natal em 1963, quando o deputado Leonel Brizola convidado a participar de um comício contra a Aliança para o Progresso, teria chamado o General de “gorila e fujão” e denunciou os caminhos que se formava para uma movimentação golpista. Com isso, o prefeito mandou um telegrama ao Ministro da Justiça, falando sobre o possível golpe. Assim, teria sido quebrada a amistosa relação da

---

<sup>134</sup> SILVA, Justina Iva de. *Estudantes e Política – estudo de um movimento (RN 1960 – 1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989 p. 45.

<sup>135</sup> Natal. Jornal *A Ordem*, de 18 de março de 1962.

<sup>136</sup> Natal. Jornal *A Ordem*, de 7 de abril de 1962.

<sup>137</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 54-55.

administração Djalma Maranhão, até aquele momento, junto aos militares<sup>138</sup>. Mas é evidente que a principal força de oposição ao prefeito era exatamente o governador do Estado. A aliança Alves-Maranhão que se quebrou logo depois do acordo firmado entre o governo do Estado do Rio Grande do Norte e os Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso, devido o posicionamento de Djalma Maranhão, que alegava estar Aluízio Alves entregando-se ao poder americano, acabou desencadeando uma ação incentivada pelo próprio Aluízio Alves para investigar as possíveis ações “subversivas” do prefeito e vice-prefeito de Natal, juntamente com toda a sua equipe.

Aluízio aproveitou o golpe desfechado pelos militares para afastar da arena política o seu principal opositor ideológico e com quem dividia a preferência do eleitorado natalense: Djalma Maranhão. Ao mesmo tempo prestava serviço ao militarismo reinante em Brasília, neutralizando, pelo menos temporariamente, o seu rival Dinarte Mariz, encastelado no governo federal. O tempo urgia e o afastar-se de antigos aliados, quando estes eram alvos da neurose investigativa do novo regime, era premente para quem quisesse garantir, pelo menos, uma sobrevida política. Extrapolando a neurose anti-subversiva do poder federal, o governador Aluízio Alves, agora um ‘revolucionário’ autêntico, criou aqui no Rio Grande do Norte, valendo-se do que preconizava os artigos 7º e 8º do AI-1, uma Comissão Estadual de Investigações, por meio de um decreto de 17 de abril de 1964, publicado no Diário Oficial.<sup>139</sup>

Dinarte Mariz, talvez o maior “revolucionário” da época no Rio Grande do Norte, se dizia defensor da “Revolução e das Forças Armadas contra as investidas dos comunistas e daquelas áreas que contestavam o regime”<sup>140</sup>. Embora fossem inimigos políticos, a dobradinha Mariz-Alves, foi responsável pelas operações e perseguições que se deram contra Djalma Maranhão e seus auxiliares.

Em 25 de março de 1965, respondendo ao ofício 861/SNI/64, o Governador Aluízio Alves, através de seu ofício 186/GE, dirigido ao Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe da Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações,

---

<sup>138</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de. Op. cit., p. 60-61.

<sup>139</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Aluízio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2004, p. 228-229.

<sup>140</sup> MARIZ, Dinarte. *A vida de um revolucionário*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1980, p. 66.

Presidência da República, dava conta de ter indiciado, através de sua Secretaria de Segurança, 83 pessoas no Rio Grande do Norte.<sup>141</sup>

Mas o que mais afligia os militares no Rio Grande do Norte, não era simplesmente os discursos políticos de Djalma Maranhão e todos aqueles que estiveram do lado dele durante suas duas administrações à frente da Prefeitura. Pior, para aqueles que apoiaram e participaram do “Abril de 64”, era o que de mais concreto existia dos anos da administração Maranhão, as escolinhas, os acampamentos, as bibliotecas, as praças de cultura, a galeria de artes, o teatrinho do povo, entre tantas outras coisas, era o que na realidade significava uma ameaça para a “ordem” instalada a partir do dia 1º de abril de 1964. Nesse contexto, as bibliotecas foram os primeiros alvos da ação ditatorial. Afinal de contas, era preciso varrer toda e qualquer possibilidade de conscientização e politização das massas. Povo educado, que lê e apreende conhecimento, significava um sério risco, para a organização do governo militar que se formava, o que poderia trazer muitos problemas pelo grau de conscientização.

Pretensos intelectuais, contando com o apoio do ‘Diário de Natal’ que, em 1964, tinham como superintendente o jornalista Luís Maria Alves, fizeram, mediante critérios próprios, a seleção dos livros apreendidos nas bibliotecas municipais e nas residências dos presos e organizaram uma exposição dos mesmos, na então Galeria de Arte da Praça André de Albuquerque. O público foi mobilizado e compareceu à Galeria para conhecer a prova do crime de subversão praticado através das pequenas bibliotecas populares que serviam às populações dos bairros carentes da cidade.<sup>142</sup>

Na ação para tirar de circulação os livros que significavam perigo, o Centro de Formação de Professores da Campanha, que se localizava no Baldo, foi invadido pelas tropas militares que logo se puseram a rasgar “as provas do crime”, da subversão<sup>143</sup>. Varias reportagens foram publicadas falando dos livros apreendidos, com fotografias ilustrando obras de Karl Marx e Proudhon. Outra reportagem trazia fotografias mostrando livros de Fernando

---

<sup>141</sup> GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): Uma Escola Democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 143.

<sup>142</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. *1964. Aconteceu em Abril*. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2004, p. 105.

<sup>143</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 159.

Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão*, de José Rego de Estrela, *Ianques contra Cuba*, Cadernos do povo brasileiro utilizado na Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e livros militares. De acordo com as manchetes, essas obras teriam sido apreendidas pela existência de um conteúdo que se preocupava com a guerrilha.<sup>144</sup>

É interessante nesse ponto do nosso trabalho, fazer uma análise dos relatórios redigidos por Carlos Veras e José Domingos, convocados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para a instauração de um inquérito independente dos militares. O propósito desse inquérito era apontar os motivos para a perseguição a todos os que fizeram parte da administração Djalma Maranhão. Esses relatórios foram publicados posteriormente no jornal *O Poti* de 27 de setembro de 1964. “Ultimamente, os comunistas se arvoram intransigentes defensores do ‘nacionalismo’ quando na realidade buscam apenas um meio de cooperar com o comunismo internacional na destruição do Capitalismo e da democracia”. Dessa forma foi criada uma associação entre aqueles que se diziam nacionalistas, com o programa soviético de expansão do comunismo. O nacionalismo então seria um disfarce. O relatório ainda continua afirmando que o comunismo teria entrado no executivo de Natal através do “indiciado Djalma Maranhão”, responsável pelo funcionamento de uma máquina de propaganda, que seria feita não apenas de forma escrita, mas também através da “agitação oral”. Os analfabetos que foram atingidos pela Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, foram vistos como meio para a disseminação das idéias comunistas e por isso, a campanha de alfabetização, na prática, representava ameaça, pois era a via para a implantação dos ideais revolucionários esquerdistas, entre as massas. Transcrevendo tais quais as palavras do relatório, encontramos, “O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, não descuidou de atacar o setor de Ensino em nosso país, bem como neste Estado e município de Natal [...]”. O documento investigativo reduziu os propósitos ideológicos da Campanha de Pé no Chão a um

---

<sup>144</sup> GERMANO, José Willington. *Ibidem*.



jogo de interesses puramente político, a difusão do comunismo. Se o projeto de educação e cultura da Prefeitura de Natal tinha por objetivo democratizar a cultura, para o investigador Carlos Veras, não passou de uma “[...] máquina para esquerdizar a consciência daqueles que procuravam a alfabetização, minando assim o futuro da nossa Pátria”. O Livro de Leitura do *De Pé no Chão* foi apontado como instrumento utilizado pelos “subversivos” para transmitir os pensamentos “antieducacionais e antidemocráticos”. Por fim o projeto de alfabetização de massas recebeu a designação de “maior obra de subversão do ensino do Rio Grande do Norte”.

A Praça de Cultura, localizada na Praça André de Albuquerque, teve sua estrutura inicial modificada. Em lugar da Concha Acústica, foi construído um coreto, que pouco passou a ser utilizado pela população. A Galeria de Arte e a biblioteca foram derrubadas. Os acampamentos da Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, bem, em relação a esses, muito pouco se sabe, pois com a prisão dos organizadores da campanha ficou muito fácil uma desarticulação do projeto e evidente, não interessou aos militares guardar vestígios da ação que visava acabar com o “instrumento da subversão”. “As pessoas responsáveis pela direção do movimento foram presas e quando saíam da prisão não encontravam mais nada”.<sup>145</sup>

A imprensa teve um importante papel no processo, vou chamar aqui de “costumização”, da população em relação ao governo militar. “Civis e Soldados salvaram a Pátria ameaçada pelo Comunismo para os filhos de hoje, homens de amanhã”<sup>146</sup>. Essa afirmação publicada no jornal *Diário de Natal* foi uma entre centenas, senão dizer milhares, de muitas que tinham o objetivo claro de enaltecer os propósitos militares em ter efetivado o Golpe de 64. Já logo no início do governo militar, quando da organização de um ato publico em prol do que foi chamado de “Revolução”, o mesmo *Diário de Natal* publicou “chuva não

---

<sup>145</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha De pé no chão*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982, p. 159.

<sup>146</sup> Natal. *Diário de Natal*, de 29 de setembro de 1964.

prejudicou tributo do povo às forças armadas, na marcha da família com Deus” e ainda, entre linhas da reportagem afirmava, “[...] a maior concentração cívica e popular que a nossa cidade já assistiu, [...] todas as classes sociais [...] em homenagem às Forças Armadas vitoriosas no movimento de redemocratização do país”<sup>147</sup>. Sobre essa manifestação em prol do regime militar, Mailde Pinto Galvão se posiciona.

Enquanto acabavam com a democracia e os perseguidos da ditadura eram encarcerados, organizava-se na cidade uma espetacular manifestação para festejar o golpe militar e homenagear as forças armadas. Celebravam-se atos religiosos na catedral metropolitana e passeatas eram patrocinadas pelos governos estadual e municipal. Senhoras da elite social da cidade, muitas delas freqüentadoras dos eventos sociais realizados na Prefeitura antes do golpe, organizavam as festividades, com febril entusiasmo. Desfilaram a pé pelas ruas, juntas ao povo, maquiadas e penteadas, oferecendo um espetáculo de estranho e cômico contraste.<sup>148</sup>

“Natal promoveu, então, a sua Marcha com Deus pela Democracia. A classe média se exorcizou. Começou a caça às bruxas”.<sup>149</sup>

### 3.3 As ações militares.

O primeiro preso político no Rio Grande do Norte, ao contrário do que muita gente pensa não foi o prefeito Djalma Maranhão. Na verdade, tratava-se do líder sindical Evlim Medeiros, na ocasião da ocupação da prefeitura no dia 1º de abril. Mas não tardaria para que fosse efetivado o pedido de prisão do prefeito. Levado para o Quartel-General do Exército, á presença do coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima, teria sido convidado a renunciar ao

<sup>147</sup> Natal. *Diário de Natal*, de 8 de abril de 1964.

<sup>148</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. *Aconteceu em Abril*. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2004, p. 63.

<sup>149</sup> GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): Uma Escola Democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 146.

cargo<sup>150</sup>. A negação da renúncia acabou fazendo com que ele fosse levado ao 16 RI. No mesmo dia também prenderam o vice-prefeito, Luiz Gonzaga dos Santos.

Não é nossa intenção nesse trabalho, narrar as prisões dos principais nomes ligados à administração Djalma Maranhão. Isso já foi feito com maestria por diversos autores, enriquecendo a historiografia sobre o assunto. Aqui, a proposta é discutir as práticas usadas durante os atos de prisão, tentar encontrar dentro desses atos, os métodos para atingir o principal objetivo, descobrir possíveis conspirações pensavam os líderes do Golpe Militar de 1964.

Uma forma encontrada para dificultar o recurso do habeas-corpus era não dando muitas explicações à família do preso, sobre para onde ele estava sendo levado e os motivos de estar sendo levado. A dificuldade em saber o paradeiro do parente, aumentava ainda mais os entraves burocráticos, que não eram poucos, na tentativa de tirar a pessoa indiciada da prisão.

Para efetuar a prisão de uma pessoa indefesa e amedrontada, isolavam todo um quarteirão, invadiam as residências armados com fuzis e metralhadoras, revistavam todas as dependências, especialmente as bibliotecas, onde apreendiam os livros de acordo com os títulos. O 'subversivo' era, então, detido e levado sem explicações à família, que teria de sair procurando localizá-lo nos quartéis.<sup>151</sup>

Algo que era muito comum de não ser respeitado eram o habeas-corpus liberado pela justiça para a soltura dos presos políticos. Isso aconteceu com os advogados Hélio Xavier de Vasconcelos, Professor de Direito da UFRN e com Omar Fernandes Pimenta, ex-Diretor do Ensino Municipal, ex-Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e Assessor Técnico da Secretaria de Educação do Estado. Nos dois casos chegaram a ser liberados do quartel onde se encontravam presos, mas uma espécie de sadismo, fazia com que os soldados

---

<sup>150</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. *1964. Aconteceu em Abril*. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2004, p. 49.

<sup>151</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. Op. cit., p. 50.

os esperassem metros à frente para prendê-los novamente. Sadismo era o que não faltava, se levarmos em consideração as torturas sofridas por alguns presos políticos.<sup>152</sup>

Os longos interrogatórios pelos quais tinham que passar os presos políticos, quase sempre tinha o mesmo direcionamento, jogar um interrogado contra outro. Como eram feitos separadamente, o objetivo era levar os indiciados a entrarem em contradição ou a delatar um colega sob a alegação que ele já havia feito isso em relação ao interrogado. Colocar um contra o outro era a lei. Mexer com o psicológico da vítima era uma forma de tentar arrancar confissões e delações. Até quem não havia sido preso foi utilizado durante as sessões de pressão psicológica. Isso aconteceu com o prefeito deposto Djalma Maranhão, na ocasião em que esteve preso, quando tentaram arrancar-lhe algum tipo de acusação contra o governador Aluizio Alves, alegando que ele é quem deveria estar naquele local, em lugar do prefeito.

O autor em várias oportunidades, quando dos interrogatórios dos IPMs, foi incitado para acusar o Governador do seu Estado, sob a alegação de que o homem, para estar ali em seu lugar, era o Sr. Aluizio Alves. Recusou-se, pois sabia estar depondo para a história, e em todos os seus depoimentos não delatou ninguém, assumindo, unicamente, a responsabilidade dos seus atos, apesar do terror existente.<sup>153</sup>

Mas prender não era o suficiente; era preciso mais e a alternativa encontrada foi exatamente à perseguição. O Relatório Veras, como ficou conhecido, fez com que a Comissão de Investigação colocasse em prática o seu plano de perseguição a funcionários públicos acusados de serem subversivos.

As investigações duraram cinco meses. De abril a junho, as prisões se encheram. Foram 83 indiciados e 60 denunciados pela 7ª Auditoria Militar do Recife. E, com base na conclusão da Comissão Estadual de Investigação, o governo fez as demissões no estado e no município: 13 demitidos, 9 aposentados e 1 em disponibilidade.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> Sobre isso ver: GALVÃO, Mailde Pinto. *1964. Aconteceu em Abril*. 2ª ed. Natal: EDUFRRN, 2004, p. 69-71.

<sup>153</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 1999, p. 246.

<sup>154</sup> GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e marxistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan; Editora da UFRJ, 1999, p. 189.

Se o próprio prefeito foi cassado, não seria difícil fazer a mesma coisa com todos os que representavam uma ameaça, uma simples lembrança de tudo o que havia acontecido em Natal antes de 1964. O caminho encontrado pelos militares e pelos articuladores do golpe foi o mais fácil, impedir que Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos tivessem a oportunidade, a chance de tentar organizar alguma reação contra o regime ditatorial. A demissão de Djalma Maranhão foi acompanhada pela do seu advogado, o dr. João Maria Furtado. Talvez por causa disso, alguns tenham feito de conta não ter pertencido ou simplesmente não conhecer nada do que havia se passado na administração da Prefeitura de Natal, para não se comprometer. Foi o caso de Luís da Câmara Cascudo.

Alguns intelectuais que freqüentava a casa de Djalma Maranhão e os palanques da Prefeitura recusavam-se a atestar, alegando não conhecerem a fundo os problemas da Prefeitura. Foi assim com Luís da Câmara Cascudo, quando pedi-lhe um depoimento sobre o trabalho cultural da Diretoria de Documentação e Cultura, com o qual tantas vezes havia colaborado.<sup>155</sup>

De fato, estar atrelado ao nome Djalma Maranhão naquele período não era algo muito vantajoso, mas alguns se mantiveram fiéis aos seus princípios, as suas ideologias e foram presos e torturados em nome de algo que haviam acreditado. Depois de ficar preso em Natal, Fernando de Noronha e Recife, o prefeito da capital potiguar foi liberto por meio de um habeas-corpus e partiu para o exílio no Uruguai onde morreu de colapso cardíaco em 30 de julho de 1971, nove anos antes da anistia concedida durante o governo Geisel. Foi sepultado no Cemitério do Alecrim em Natal no dia 2 de agosto de 1971.<sup>156</sup>

Natal declinou como cidade cultural [...]. O desprezo dos governantes pela cultura do povo é não somente evidente, mas monstruoso. Aqui os prefeitos cometem o absurdo de derrubar uma biblioteca, um teatrinho e uma galeria de arte como as localizadas na

<sup>155</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. *Aconteceu em Abril*. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2004, p. 136.

<sup>156</sup> Segundo afirmou Leonardo Arruda Câmara, “[...] acompanhado de grande multidão no maior enterro já realizado em nossa capital que atestou o quanto ele era amado e querido por sua gente”.

praça André de Albuquerque [erguidas na época de Djalma Maranhão], para, em seu lugar erguer um coreto e construir um palanque inútil.<sup>157</sup>

Termino então este último capítulo com trechos de “Mensagem ao Povo Brasileiro”, escrita por Djalma Maranhão na cidade de Montevideú, em julho de 1965, durante o exílio.

Meu crime maior foi alfabetizar vinte e cinco mil crianças, na primeira campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, reconhecida pelo UNESCO como válida para as regiões subdesenvolvidas do mundo, num país de humilhante maioria de analfabetos, e lutar para dar ao povo acesso às fontes do saber, no plano de democratização da cultura. [...] De fazer feira de Livros, de construir uma galeria de arte e estimular o teatro do povo. De restaurar e promover a revalorização dos autos folclóricos. De abrir bibliotecas populares que estabeleceram recordes nacionais de empréstimos de livros, numa cidade que não tinha nenhuma biblioteca pública. [...] O vento trará minhas palavras, e cada alvorada recordará a claridade da minha luta, permanentemente lembrada pelo coração do povo.<sup>158</sup>

---

<sup>157</sup> Natal. *Salário Mínimo*, em matéria de junho de 1980.

<sup>158</sup> MARANHÃO, Djalma e GÓES, Moacyr de (org). *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Prefeitura de Natal. Natal: Artprint, 1999, p. 263-264.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



A finalização deste trabalho monográfico contribuiu para a formulação de idéias referentes ao contexto político da cidade do Natal e do Rio Grande do Norte no período em que me dediquei a estudar (1960 – 1964). Assim, chego à conclusão de que o processo eleitoral de 1960 e seus resultados só foi possível graças a conjuntura política desenvolvida em toda a década de 1950. Os acontecimentos nacionais muito influenciaram na política local, principalmente no que diz respeito às alianças. Dessa forma, atesto que a política do Rio Grande do Norte entrou na segunda metade do século XX, carregada de uma herança oligárquica rural. O surgimento de novas lideranças, muito mais urbanas, ligadas ao movimento estudantil, as organizações trabalhistas, a alas sociais da Igreja Católica, entre outros grupos mais populares da sociedade, acabou representando um divisor de águas na política do nosso Estado. Djalma Maranhão foi o representante dessas forças surgidas de baixo e Aluízio Alves, mesmo estando ligado às elites agrárias, conseguiu absorver a tradicionalidade familiar, um discurso popular e modernizante. Assim, não demorou muito e esses dois nomes passaram a figurar dentro do pleito eleitoral de 1960, como aliados. O acordo firmado, entre Djalma Maranhão e Aluízio Alves fez surgir uma nova força política no estado, muito embora essas duas personalidades fossem ideologicamente distantes. Daí porquê concluir que essa distância ideológica muito ajudou para um futuro rompimento, a partir do momento em que o governador Aluízio Alves se afastou do discurso nacionalista da ala Djalmita que compôs a *Cruzada da Esperança*. Durante a produção deste trabalho, identifiquei por trás do rompimento da aliança Alves-Maranhão uma fidelidade de ambos aos seus posicionamentos políticos. No desenrolar dos acontecimentos, Aluízio Alves manteve-se como precursor da modernidade e sob esse pretexto não hesitou em firmar um acordo com o governo norte-americano através da “Aliança para o Progresso”. Mesmo com a justificativa

do então governador do Rio Grande do Norte, que aquela foi à única saída para conseguir dinheiro, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão se opôs. As críticas acabaram abalando a aliança vitoriosa formada em 1960. O prefeito de Natal era apaixonado confesso pelos preceitos socialistas e na prática, era muito diferente dos preceitos defendidos pela ala de centro direita, da qual Aluizio Alves havia se tornado líder.

Este trabalho também ressalta a diferença na administração estadual e na municipal. Nesse aspecto, defendo que Djalma Maranhão, incansável, como sempre se referiram a ele, continuou com as ações que já havia iniciado em seu primeiro mandato e deu início a novas, que repercutiram em âmbito internacional. Observei que as ações culturais e educacionais da “Administração Maranhão”, se propuseram a erradicar o analfabetismo e proporcionar a população, lazer e cultura de boa qualidade, fosse ela popular ou erudita. Para ele, a única maneira de libertar o povo do imperialismo “ianque”, da cultura “alienígena”. Mas, além disso, antes de qualquer outra coisa, defino essas ações desenvolvidas em Natal como fundamentais no que diz respeito a defesa não apenas dos interesses nacionais, mas também, a defesa da dignidade humana, bem como da formação de um cidadão consciente, naquilo que chamei de “um fazer política diferente”, embora essa denominação não seja exatamente original.

Compreendo por fim, que no desenrolar dos acontecimentos nacionais em torno do Governo João Goulart, o Golpe Militar de 1964, deixou marcas profundas no povo norte-riograndense e principalmente, nos natalenses. O Golpe representou uma união das elites agrária e industrial; Estados Unidos e Alto Escalão Militar, isso claro, fazendo uma interpretação mais simplista. Daí porquê, não cabia deixar que continuasse a existir, ações que ensinavam ao povo a reclamar, exigir e lutar pelos seus direitos. O discurso da administração Djalma Maranhão batia de frente com as práticas autoritárias do Governo Militar no Brasil, instaurado em 1º de Abril de 1964. Chego então a construir o pensamento do quão “perigoso” era o

prefeito de Natal e sua equipe, para os novos comandantes da República brasileira naquele momento. Por isso, deixo evidente que o meio encontrado então foi atribuir aos “esquerdistas da prefeitura” o status de desordeiros, subversivos, comunistas, etc. Inquéritos foram abertos para tentar julgar “os crimes” cometidos por Djalma Maranhão e seu grupo. Os que foram fiéis ao discurso nacionalista sofreram com isso, a exemplo de Luiz Gonzaga dos Santos (vice-prefeito que morreu dentro de um avião quando estava sendo transferido de uma prisão para outra, mesmo o médico tendo advertido que tal trajeto não poderia ser feito devido sua fragilidade); Moacyr de Góes; Evlim Medeiros; Omar Fernandes Pimenta; Francisco Floripe Ginani; Hélio Xavier de Vasconcelos; Luís Ignácio Maranhão Filho; Maria Diva de Salete Lucena; Mailde Pinto Galvão; Margarida de Jesus Cortês; entre tantos outros, cujo principal crime era: “ser comunista”, na interpretação dos militares. Aqueles que preferiram fazer de conta que nada acontecia, acharam por bem ficar no conforto de seus lares, esquecer que de alguma maneira haviam contribuído e participado da administração Djalma Maranhão ou se quer o conhecido. Assim, conseguiram preservar o seu direito à liberdade.

Finalizo então este estudo com uma certeza; a diferença entre Aluizio Alves e Djalma Maranhão nesse momento, foi exatamente à conduta perante o processo de intervenção militar. Enquanto o primeiro resolveu se aliar ao governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, apoiando o golpe e inclusive atuando de forma veemente na punição dos opositores, assegurando sua permanência à frente do comando do Rio Grande do Norte e principalmente a sua liberdade, o segundo manteve seu discurso coerente e como disseram alguns, “teimoso”, defendendo o que ele acreditava ser a verdadeira democracia e legalidade, contra a deposição do Presidente da República João Goulart. A partir daí, o destino dos dois tomaram rumos opostos. Aluizio Alves permaneceu governador <sup>159</sup> e Djalma Maranhão foi demitido do cargo

---

<sup>159</sup> Como está fora do período de estudo proposto nesse trabalho, deixamos de fora os acontecimentos acerca da cassação de Aluizio Alves em 1969. Para alguns, essa cassação foi o que garantiu o futuro político de Aluizio Alves, pois assim, desvinculou ser nome do regime ditatorial.

de prefeito e tornou-se um exilado. No Uruguai, morreu em 1971. O motivo? Bem, posso citar dois: problemas cardíacos, segundo definição científica e “saudades”, segundo definição poética de Darcy Ribeiro. E é exatamente isso que faz a diferença na forma em que hoje vêm a vida de Djalma Maranhão e Aluizio Alves. Como tantas pessoas, compartilho da idéia de que o primeiro, devido a sua conduta e discurso imutável, acabou adquirindo o status de herói, enquanto o segundo, nos dá a impressão, de que foi mais um bom estrategista.

“*Prendam o mimeógrafo!*”. Coisas da Ditadura.<sup>160</sup>

---

<sup>160</sup> Sobre isso ver: GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): Uma Escola Democrática. São Paulo, Cortez Editora, 2ª ed., 1991, p. 146 – 147.

## BIBLIOGRAFIA

### Sites visitados

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm).  
visitado em 15 de nov de 2005.

FUNDAÇÃO Memória Viva Djalma Maranhão. [ww.dhnet.org.br/memoria/djalma/menu.htm](http://ww.dhnet.org.br/memoria/djalma/menu.htm).  
visitado em 15 de nov de 2005.

### Fontes

Censo do IBGE de 1960.

Jornal *A Ordem* mar/abril, 1962.

Jornal *Correio da Manhã* abril, 1964.

Jornal *de Natal* jul, 1961.

Jornal *Diário de Natal* out, 1960; dez., 1963; abril/set., 1964.

Jornal *Folha da Tarde* Out, 1960; nov, 1960.

Jornal *Salário Mínimo* jun, 1980.

Jornal *Tribuna do Norte* abril, 1964.

Jornal *Tribuna da Imprensa* abril, 1964.

Acervo da Câmara Municipal de Natal *Ata da Sessão Extraordinária da 2ª Reunião Legislativa*. Quinta Legislatura. Primeiro período.

## Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORGES, Vavi Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CAMPOS, Geniberto. **De pé no chão também se aprende a ler/Cultura popular: tentativa de conceituação**. Recife: S.E., 1963. (I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular).

CHIAVENATO J. J. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas 1951 – 1954**. São Paulo: Ática, 1992.

DORNELLES, G. 1951. **A campanha presidencial [discursos]**. Rio de Janeiro: José Olympio.

DULCI, Otávio. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de A. Neves (Org). **O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, J. M. **Vertentes**. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1976.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964. Aconteceu em Abril**. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2004.

GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Inácio Maranhão Filho: cristãos e marxistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Revan, Editora da UFRJ, 1999.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): uma escola democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 87.

\_\_\_\_\_. **De pé no chão também se aprende a ler**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico do Brasil (1930 – 1970)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARANHÃO, Djalma. *Cartas de um exilado*. Natal: Clima, 1984.

\_\_\_\_\_, GÓES, Moacyr de (Org). **2 livros de Djalma Maranhão no Exílio**. Natal: Artprint, 1999.

MARANHÃO, Ricardo. **O Governo Juscelino Kubistschek**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARIZ, Dinarte. **A vida de um revolucionário**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1980.

MORAIS, Marcos César Cavalcanti de. **Retrato Narrado da Cidade do Natal**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998.

OLIVEIRA, Janilson Dias. **De pé no chão também se aprende uma profissão**. Natal: ETFRN, Secretária de Comunicação Social, 1993.

PAIVA, V. P. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PREFEITURA Municipal. **Memória sumária do Palácio Felipe Camarão**. Natal: Gráfica Maninbú, 1978.

SILVA, Justina Iva de. **Estudantes e Política – estudo de um movimento (RN 1960 – 1969)**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **Djalma Maranhão ou o semeador de utopias de transformação social**. Natal: UFRN, 1999.

SECRETARIA de Educação, Cultura e Saúde do município do Natal. **Relatório sobre as bibliotecas populares**. Natal: Departamento de Documentação e Cultura, p. 5

\_\_\_\_\_. **Cultura popular e Pé no chão**. Natal: Departamento de Documentação e Cultura, 1963. p. 8-16.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades do Teatrinho do Povo**. Natal: Diretoria de Documentação e Cultura, 1963.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluizio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

## ANEXOS



**ANEXO 1:** Djalma Maranhão participa de Festa Junina (em cima) e na inauguração de uma árvore de natal, no grande ponto, nos festejos de fim de ano.  
Fonte: site [www.dhnet.org.br/memoria/djalma/menu.htm](http://www.dhnet.org.br/memoria/djalma/menu.htm)

Nº 471/61

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de Chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, ao manifestarem a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart.

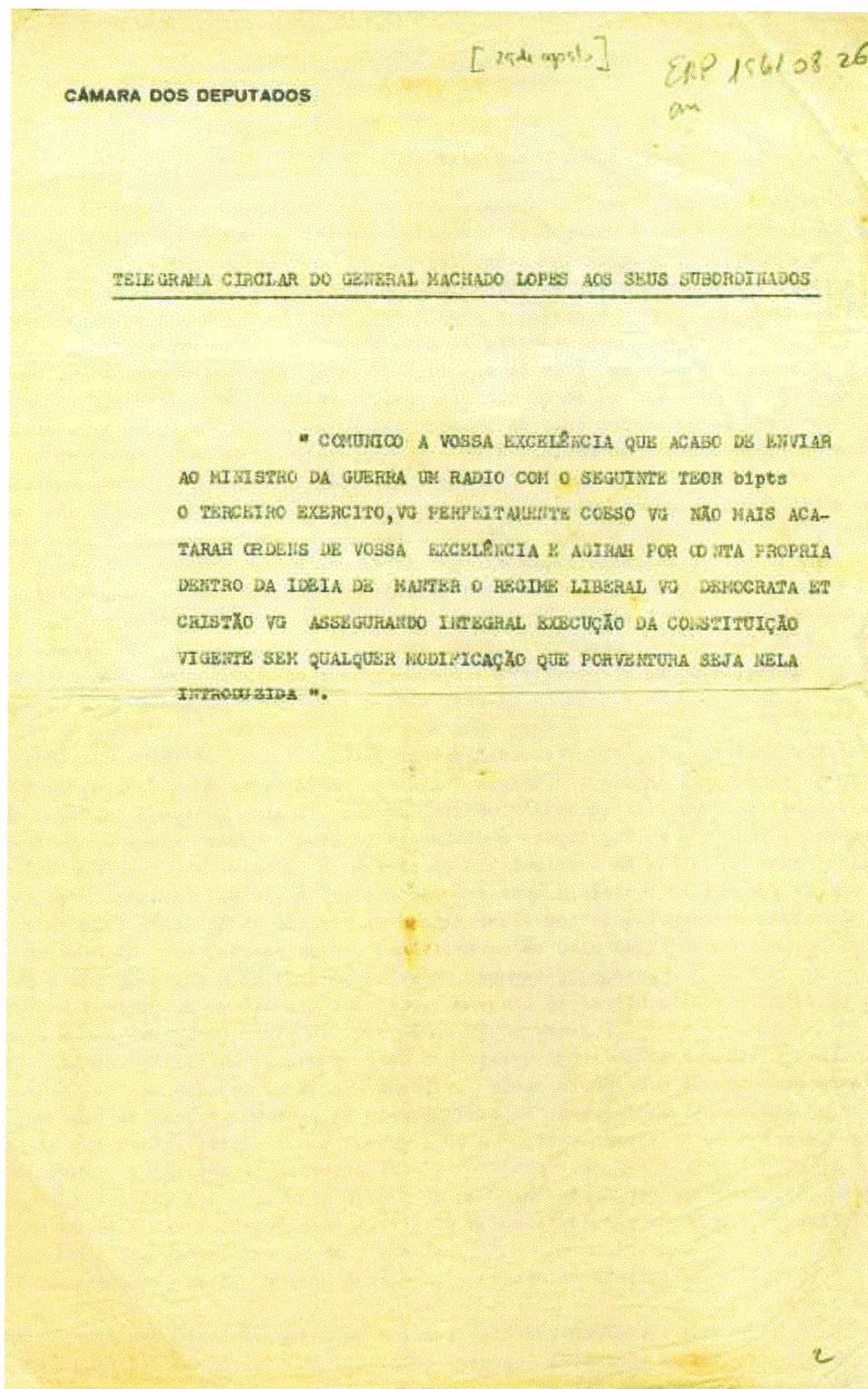
Brasília, em 28 de agosto de 1961

Ranieri Mazzilli

LN

**ANEXO 2:** Comunicado de Ranieri Mazzilli ao Presidente do Congresso Nacional, manifestando oposição a posse de João Goulart.

Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)



**ANEXO 3:** Telegrama enviado pelo General Machado Lopes, aos seus subordinados, atestando o apoio do Terceiro Exército a posse de João Goulart.

Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)

2 BK 63.09.00  
GOL

CRUZADA BRASILEIRA ANTI-COMUNISTA

(de luta pelo Brasil)

GOLBERT : - RESPONSÁVEL PELA INSUBORDINAÇÃO MILITAR !

Almirante Ref. Carlos Penna Botto

Rebelaram-se Sub-Oficiais, Sargentos, cabos, fuzileiros navais, esquarteiros em Brasília, e o facto não pode ter surpreendido àquelles a par da calamitosa situação do país. Pelo contrário, era acontecimento esperado, como igualmente o são outros de semelhante jás, a virem a furo dentro em breve a marco que as disciplinantes cúpulas militares acordam à realidade e salvas o Brasil, afastando-o da vereda que atualmente segue e que conduz directamente ao comunismo .

Há dois anos vêm o inqualificável Governo que aí está, ou mais precisamente o Chefe desse Governo, o Sr Goulart, procurando por todos os meios agitar a nação com vistas à implantação de uma República Popular do tipo cubano ou soviético .

Sendo condição primordial, uma-qua-non , para o exito da "comunização" do país o enfraquecimento, a demoralização, e, se possível, a anulação das Forças-Armadas , isso vêm sendo tentado com toda a intensidade . A essa macabra tarefa atira-se esquadamente o Sr Goulart, o que aliás já vinha fazendo antes de assumir, por um cruel capricho do Destino, a chefia da infeliz nação brasileira ...

Requintou, no entanto, de 8 Setembro 1961 para cá, e o motim de Brasília foi o prólogo, na órbita militar, da perigosa quadra, já na sua fase insurreccional, que nos ameaça. Os ventos que o Sr Goulart vem deliberadamente semeando estão a pique de trazer farta messe de tempestades ; - precisamente as tempestades que ele deseja, para com elas devastar o país e leva-lo ao caos e ao comunismo .

A ofensiva contra as Forças-Armadas intensificou-se a partir da crise político-militar de Agosto-Setembro 1961. No III Exército, situado no Rio Grande do Sul , não houve, na ocasião, quem fizesse um acurado "exame da situação" nacional e, como decorrência desse "exame", pudesse ressaltar o enorme perigo que seria a assumpção do Poder máximo por um homem do estôfo do Sr Goulart. Lá não houve quem avisasse a sabedoria das incisivas declarações dos tres Ministros militares, de que :

- "a simples presença de Goulart no Brasil seria nociva à segurança nacional" !!

O Sr Goulart, recordam-se todos, passeiava então pela China comunista, então lões e Méu Tze-tung e às suas degradantes comunas populares .

Ameaçou rebelar-se equêle III Exército, enquanto Sargentos da Aeronáutica se amotinavam e prendiam Oficiais na base aérea de Gravataí !

Os Ministros militares recuaram então dos seus propósitos de impedir a posse de Goulart, no que erraram lamentavelmente... Dessa razão, que laborçou um desprestígio para as Forças-Armadas, se aproveitaram os comunistas. Vindas êles de conseguir uma dupla vitória : - a elevação de um cripto-comunista ao Poder e, principalmente, a divisão do Exército !!

Seguiu-se então, sob o comando direto do Sr Goulart, a operação de solapamento da disciplina nas Forças-Armadas , feita concomitantemente com a da exaltação do marxismo e dos comunistas em todo o país .

Nos referidos casos, agora, apenas àquêles solapamento de disciplina militar .

Das algumas das medidas postas em pratica pelo Sr Goulart : -

Nomeou Ministro da Marinha um Almirante (Suseno) detestado na Classe pelo facto de have-la traído em 1955, por ocasião das deposições dos Presidentes Carlos Luz e

ANEXO 4: Trecho retirado do manifesto assinado pelo Almirante Carlos Penna Botto, intitulado de "Cruzada Brasileira Anti-Comunista".

Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)

# FAZENDEIRO!

Are e cultive suas terras.

O Governo quer dividi-las, sob a alegação de que você é preguiçoso.

Prove o contrário!

Demonstre que você é capaz de produzir apesar de todas as dificuldades.

O projeto de reforma agrária preconiza a desapropriação de áreas não cultivadas.

Não deixe que isto aconteça a você.

Plante qualquer lavoura, mas, não deixe de plantar; mesmo sem a ajuda do governo, que tem se omitido técnica e financeiramente.

De que vale uma indústria exuberante ou um comércio altamente desenvolvido?

Sem o seu trabalho o país passará fome.

Mostre à Nação o seu valor, para que o governo também o reconheça.

## PLANTE!

[Colaboração da Associação Rural de Pedro Leopoldo]

# CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL

## Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrobrás, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade públi-

ANEXO 6: Panfleto convocando para o Comício das Reformas, conhecido como o Comício da Central.

Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)

ca ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

**TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!**

**TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!**

**TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!**

**TODOS A CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO, AS 17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!**

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores.

Cloetmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Aluizio Palhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

João Ayrton Santos — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Carlos Alberto Costa Pinto — Federação Nacional dos Jornalistas.

Wilson Reis — Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas, Radiotelefônicas e Radiotelefônicas.

Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários.

Enio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil.

Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes.

Bisneier Malani — União dos Previdenciários do Brasil.

Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação.

Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais.

Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários.

Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista.

Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara.

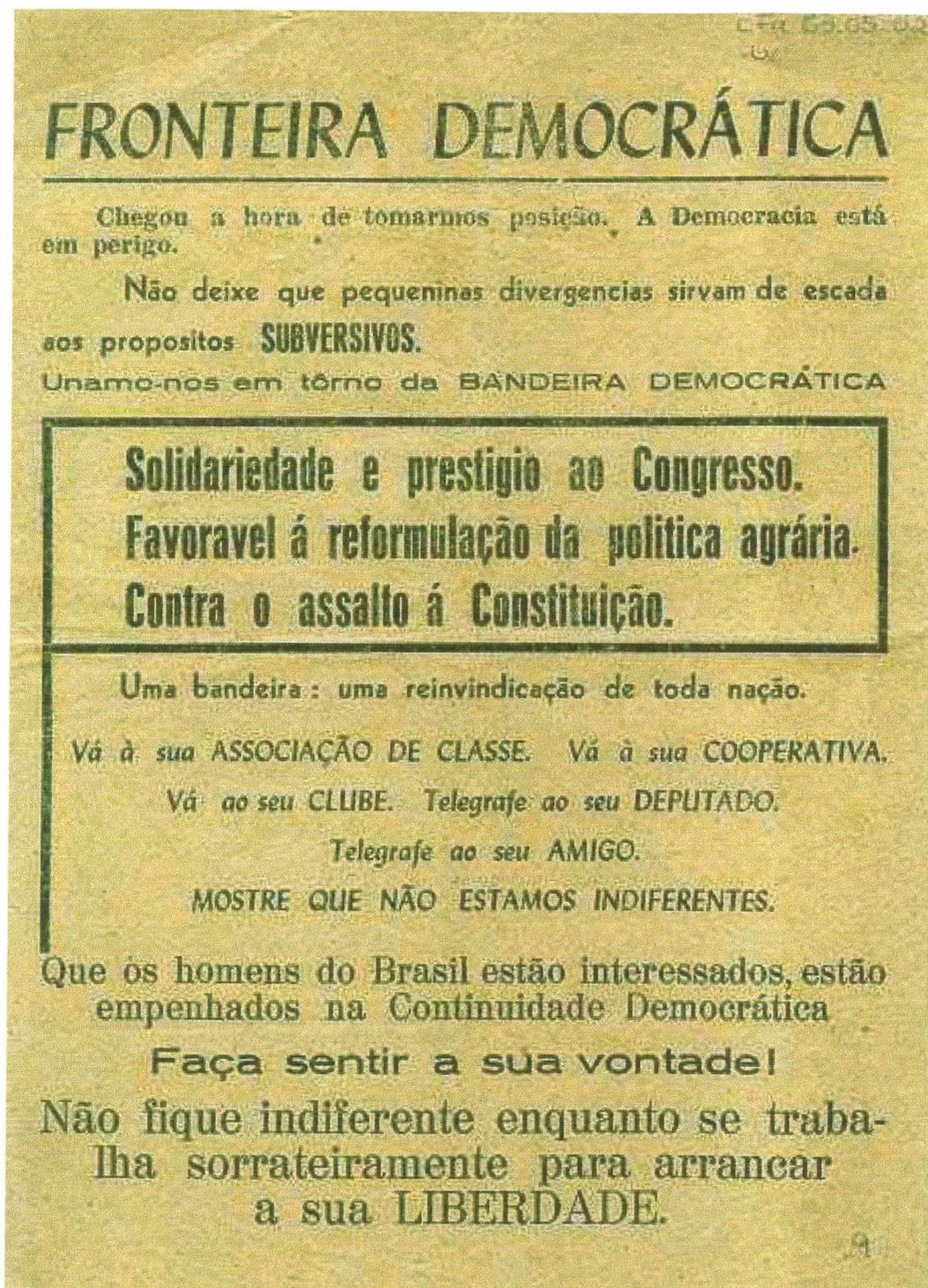
José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

**ANEXO 6A:** Continuação da convocação para o Comício das Reformas.

Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)



**ANEXO 7:** Marcha da Família com Deus pela Liberdade.  
Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)



**ANEXO 8:** Panfleto contra a Política do Governo João Goulart e os possíveis “subversivos”.  
 Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)

MESQUITA F.º NA REUNIÃO DO SIP

# PRESIDENTE GOULART SERÁ DEPOSTO EM BREVE

30/01/1964 03.00

MIAMI BEACH, Flórida, 18 (A. P.) — Conhecido diretor de jornal brasileiro prognosticou hoje que o governo do presidente João Goulart será deposto em breve. "A única esperança que o meu país tem é uma mudança de governo", disse Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal "O Estado de São Paulo", falando aos diretores da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Mesquita afirmou que Goulart está completamente rodeado de assessores que são comunistas ou comunistas e que estão decididos a assumir o total controle do país. "Essa gente está resolvida a que a Aliança para o Progresso não tenha êxito, disse Mesquita, e enquanto o governo não for modificado, não existe porque conceder nova ajuda norte-americana ao Brasil".

"Os Estados Unidos têm feito tudo quanto podem, mas enquanto Goulart estiver no poder, seus esforços serão inúteis", asseverou Mesquita. O diretor do "O Estado de São Paulo" disse que o fim de Goulart poderá ocorrer violentamente, tal como ocorreu com o ditador Getúlio Vargas em 1945, ou mediante um "movimento geral espontâneo".

Mesquita, que chegou a esta cidade por via aérea, para apresentar seu informe, advertiu sobre o perigo de o Brasil se converter em outro bastião comunista como Cuba. E declarou: "A Rússia está procurando tirar proveito dos erros dos Estados Unidos em sua política para com a América do Sul. Se o Brasil chegar a ter uma ditadura esquerdista, isto significará a guerra atômica. Se chegar a ser esta-

belecida uma cabeça-de-praia russa no Brasil, os Estados Unidos terão que aceitar a guerra, ou então será o fim". Mesquita aduziu: "Os minutos estão contados. Não há tempo a perder. O Brasil certamente é uma democracia. Nossos problemas são os mesmos dos Estados Unidos".

Júlio Mesquita qualificou Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara (Rio de Janeiro), de principal líder político do Brasil. Prognosticou que Lacerda vencerá as próximas eleições presidenciais por votação sem precedentes. Elogiou Lacerda por sua "extraordinária coragem em enfrentar o comunismo". Disse que Lacerda "tem feito milagres" durante os dois anos que está no governo.

3241

**ANEXO 9:** Trecho de jornal publicado em Miami (EUA), evidenciando a força da imprensa contra o Governo de João Goulart.

Fonte: site [www.cpdoc.fgv.br/nau\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nau_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm)

